

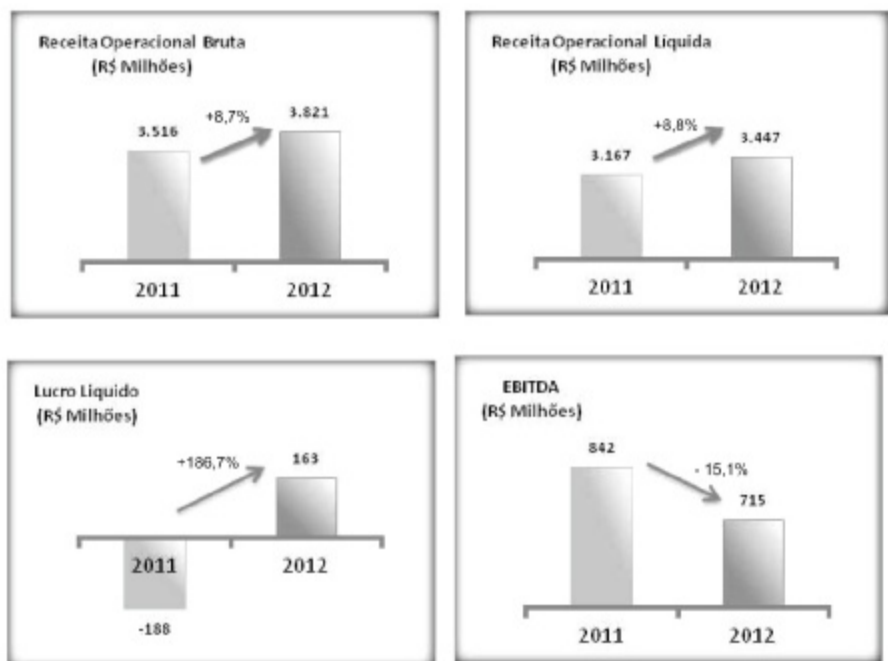
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A atual Administração assumiu o controle da CEDAE no início de 2007 e desde então vem implementando uma série de melhorias em todos os aspectos, prezando por uma política de transparência, pela melhoria contínua nos processos de Governança Corporativa e Controles Internos, e zelando pela eficiência na gestão de recursos e na responsabilidade socioambiental. Estamos diante de um novo modelo estratégico, um modelo que tende a se fortalecer nas próximas décadas. Temos consciência do contexto no qual estamos inseridos, nesse sentido, os interesses dos acionistas dividem espaços com as demandas da comunidade e dos clientes, funcionários e fornecedores. Desde a reestruturação de nossas dívidas, temos acessado o Mercado de Capitais por meio de novas operações de crédito e cessão de recebíveis com resultados positivos, o que vem demonstrando a boa percepção dos investidores em relação à condução de nossos negócios e a robustez da Companhia. Em 2012 trabalhamos fortemente no processo de abertura de capital da Companhia, o que exigiu enorme comprometimento e dedicação de nossos colaboradores envolvidos na operação, porém, dadas as condições adversas do mercado, o acionista controlador optou pela suspensão temporária do IPO. Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade de negócios em termos de responsabilidade social, do consumidor, passivos legais e considerações contábeis. A inclusão da proteção do ambiente entre os objetivos desta administração amplia substancialmente todo o conceito de gestão. Vimos realizando diversas ações com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida para a sociedade. O contexto histórico da CEDAE mostra claramente o seu comprometimento com as questões da conservação ambiental. Seu crescimento vem sendo aliado à correta gestão dos recursos naturais utilizados em seu processo produtivo, integrando demandas de governo com as necessidades da sociedade civil. E com grande orgulho que apresentamos os números atuais a seguir, e destacamos, especialmente, a reversão em lucro, dos prejuízos históricos da Companhia. Alçamos em 2012 a melhor posição financeira dos últimos anos. Os resultados atuais refletem esse processo de mudança, o amadurecimento da Companhia, a solidez de nosso negócio e nos faz acreditar que estamos no caminho certo. O desafio ainda é grande, mas estamos motivados e continuaremos a trabalhar arduamente nesse processo de fortalecimento da Companhia, olhando sempre para frente e buscando aliar os resultados financeiros com o compromisso contínuo de agregar qualidade de vida à população que atendemos. Cordialmente Wagner Victor Presidente

2. DESTAQUES ECONÔMICO FINANCEIROS

Descrição – R\$ Milhões	2012	2011	Var.
Resultados			
Receita Operacional Bruta	3.820,5	3.516,0	8,7%
Receita Operacional Líquida	3.447,3	3.167,3	8,8%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	436,2	540,7	-19,3%
Resultado Financeiro Líquido	(60,9)	(494,0)	-87,7%
EBITDA	715,2	842,1	-15,1%
Lucro Líquido	163,0	(188,0)	186,7%



Descrição – R\$ Milhões	2012	2011	Var.
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	12.805,6	13.001,2	-1,5%
Caixa/ Aplicações Financeiras/ Equivalentes	91,0	17,5	420,1%
Patrimônio Líquido	4.670,4	4.497,8	3,8%
Dívida Líquida	1.913,2	2.189,6	-12,6%
Dívida Líquida / EBITDA	2,67	2,60	2,9%

3. CENÁRIO ECONÔMICO

O baixo crescimento da economia brasileira em 2012 deve-se às incertezas que cercam as principais economias mundiais e a desaceleração que se observa nas economias emergentes, mesmo com o afrouxamento da política monetária e incentivos implementados pelo governo. Em 2012, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 0,9%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto à indústria de transformação, pode-se destacar o segmento de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que cresceu 4,1% no 4º trimestre de 2012 em comparação ao mesmo período do ano anterior de acordo com o IBGE. A condução da política monetária sofreu mudanças substanciais. Em 2012, o Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou reduções significativas na meta da taxa básica de juros da economia (SELIC), que em janeiro de 2012 estava em 11,00% a.a. e finalizou o ano com a meta de 7,25% a.a. Quanto à meta de inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2012 foi de 5,84%, inserindo, portanto, dentro da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A balança comercial terminou o ano de 2012 com superávit de US\$ 19 bi, 34,7% menor que o ano anterior, devido à crise econômica internacional. Espera-se que em 2013 haja uma leve recuperação da economia global e que a economia brasileira possa responder às medidas anticíclicas adotadas pelo governo.

4. SETOR DO SAANEAMENTO BÁSICO

O setor de saneamento atravessa um período de reformas significativas no que concerne à viabilização do seu desenvolvimento e universalização dos serviços. Avanços ocorreram nos anos recentes, tanto em aspectos legais como político-institucionais. Entre os aspectos legais ressalta-se a promulgação da Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei nº 11.445 – em janeiro de 2007. A lei estabelece o direcionamento a ser dado a nível nacional para o setor e para a política federal de saneamento básico tendo o Decreto nº 7.217 de junho de 2010 como regulamento. No que tange aos aspectos político-institucionais, destaca-se o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) que foi elaborado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), órgão do Ministério das Cidades, para regular a condução das políticas públicas de saneamento básico, com metas e estratégias de governo para o setor. O objetivo principal é universalizar o acesso aos serviços de saneamento. Atualmente, os serviços de saneamento básico são prestados em todo o País, (i) pela administração direta, como Estados e municípios, titulares dos serviços de saneamento básico; (ii) por usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a determinado condomínio ou localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda; (iii) no caso de prestação regionalizada, por órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, observado que, nos termos da Lei nº 11.445/07, tal prestação deve ser formalizada mediante convênio de cooperação entre os entes da federação ou por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços; ou (iv) por empresas, na qualidade de concessionárias de serviços públicos, as quais, em sua grande maioria, são sociedades de economia mista, controladas pelos Estados ou pelos municípios. Tais empresas, se comparadas aos demais participantes do setor, são responsáveis pela maior parte dos serviços de saneamento do País. Os serviços de saneamento básico estão diretamente ligados a questões de saúde pública e de meio ambiente. O crescimento da capacidade de abastecimento de água potável à população, bem como dos volumes de esgoto tratado e coletado, influi nos indicadores de saúde pública, como a mortalidade infantil e o controle de doenças de veiculação hídrica. A manutenção dos níveis de produção de água potável necessários ao atendimento da população depende diretamente da utilização racional dos recursos hídricos. Por fim, a coleta, tratamento e disposição final de esgoto visam a reduzir ou eliminar a quantidade de poluentes e contaminantes do meio ambiente, mantendo dessa forma a "saúde ambiental". No Brasil, o setor de saneamento básico ainda se encontra em desenvolvimento e transformação, apresentando, como consequência, diversos problemas de ordem estrutural, tais como:

- Déficit no atendimento à população de faixas de renda mais baixas e regiões menos desenvolvidas;
- Elevados índices de perdas nos serviços de água em seu âmbito físico (vazamentos) e em seu aspecto comercial (ausência de medição ou submedição dos volumes consumidos pela população) e ocupações irregulares que demandam atendimento;
- Baixo nível de investimento, representando um déficit de cobertura e atuação.

Com o intuito de viabilizar a modernização e expansão necessárias ao atendimento satisfatório da sociedade brasileira, os municípios, os Estados e a União buscam realizar parcerias entre o setor público e privado, como alternativa para a captação e aplicação dos investimentos necessários ao setor. Os investimentos no setor possuem três fontes principais de recursos: financiamentos com recursos do FGTS, financiamentos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e repasses de verbas do Orçamento Geral da União (OGU) nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, existe a previsão de contrapartida de Estados, Municípios e prestadores de serviços. Não obstante as fontes tradicionais citadas, as Companhias do setor vêm acessando o mercado de capitais para obter uma maior captação de recursos. A CEDAE também captou recursos junto ao mercado de capitais nos anos recentes por meio da emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Destaca-se também que a Companhia promoveu captações por meio da emissão de debêntures. No Rio de Janeiro, área de atuação da CEDAE, a formação de protocolo com vistas ao estabelecimento de convênio entre a Companhia e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA ao final do ano de 2012 representa importante avanço na direção da implantação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Estado. O protocolo convênio tem por finalidade estabelecer os procedimentos que formarão as bases da futura regulação e fiscalização, pela AGENERSA, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários prestados pela CEDAE aos municípios com os quais mantém convênios e contratos de programa. O estabelecimento dos procedimentos será feito por meio da formação de uma Equipe de Transição que terá a coordenação da Secretaria de Estado da Casa Civil. O conjunto de fatores apresentado aponta que o setor de saneamento possui um cenário positivo de crescimento, tanto pela elevada necessidade de ampliação do acesso aos serviços quanto pelos incentivos ao investimento no setor obtidos com as recentes reformas nos âmbitos legal e institucional. Para a CEDAE, os avanços na direção da implantação do marco regulatório no Estado do Rio de Janeiro e o maior acesso a fontes de financiamento demonstram que a Companhia possui boas perspectivas de crescimento para os próximos anos.

5. PERFIL DA COMPANHIA

Somos a maior Companhia de saneamento do Estado do Rio de Janeiro e a segunda maior do Brasil em receita bruta de tratamento de água e esgotamento sanitário de acordo com os balanços publicados em 2012 pelas empresas do setor. Operamos a maior estação de tratamento de água do mundo de acordo com o Guinness Book, Complexo de Produção do Guandu, com capacidade estimada de 43 mil litros de água por segundo em produção contínua, atendendo somente com este sistema 90% de todos os municípios do Grande Rio. Nossos serviços atendem a aproximadamente 11 milhões de pessoas, que residem em 84 municípios do Estado do Rio de Janeiro e que representam cerca de 80% de toda a população do Estado, segundo comparação com os dados mais atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicados em 2010.

Realizamos diversos projetos para garantir a ampliação da infraestrutura sanitária, água de qualidade, saúde e conforto aos nossos consumidores. A operação em regime de tratamento secundário do esgoto na Estação Alegria, no bairro do Caju, reduz em 98% as impurezas dos esgotos que chegam à Baía de Guanabara proveniente das bacias contribuintes a esta estação. Ampliamos a capacidade de transporte e processamento no Sistema Alegria para 2.500 litros de esgoto por segundo, o que permitiu o aumento da quantidade de esgotos tratados do Município do Rio de Janeiro, de 40% para 60%, sendo esta a maior e mais importante obra do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG").

6. ÁREA DE ATUAÇÃO

O Município do Rio de Janeiro, responsável por 78% de nossa Receita Bruta, é o 2º maior PIB do Brasil, segundo dados mais recentes do IBGE. O Contrato de Programa do Município do Rio de Janeiro foi assinado em 2007 e prevê a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo período de 50 anos, prorrogáveis por mais 50 anos, observadas as condições contratuais. Os nossos demais Contratos de Programa possuem prazos médios de vigência de 30 anos. Desde 2007, temos expandido e melhorado os nossos serviços no Estado do Rio de Janeiro por meio do estabelecimento de programas de revitalização de hidrômetros, eliminação de ligações clandestinas, ampliação do abastecimento, substituição de redes de abastecimento de água com elevado grau de inrustações internas e aumento da nossa capacidade em áreas recentemente pacificadas da cidade do Rio de Janeiro, além de outros programas visando ao nosso crescimento, tais como a parceria com a Petróbras para a oferta de água de reúso ao COMPERU (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro), parceria com a COMLURB fornecendo água de reúso em troca de disposição de resíduos sólidos de ETEs e elevatórias de esgotos e nossa contínua e crescente atuação no sentido de reduzir a inadimplência. Em virtude da nossa localização geográfica, não possuímos recursos hídricos em abundância próximos as grandes cidades, porém o principal recurso hídrico, o Rio Paraíba do Sul, o mais importante do Estado do Rio de Janeiro, garante o fornecimento de água para as cidades do interior do sul, médio Parabiá e norte, além de, em Barra do Pirai, transportar para a Bacia do Rio Guandu, até 160 mil litros por segundo, em um processo para geração de energia da Light, garantindo assim, de forma permanente, uma vazão regularizada que nos permite operarmos a maior central de tratamento de água do mundo (Complexo de Produção do Guandu), em termos de capacidade de vazão contínua (43 mil litros de água por segundo), responsável pelo fornecimento de água para o Município do Rio de Janeiro, além de, praticamente, todos os municípios que compõem o Grande Rio junto com o Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro possui uma área territorial relativamente pequena, embora densamente povoada, o que nos permite operar de maneira concentrada reduzindo nossos custos de instalação e manutenção de redes, além de centralizar as nossas operações em grandes estações de água e

esgoto. Ademais, nossos custos operacionais com esgotamento sanitário são reduzidos devido a nossa proximidade da costa do Estado do Rio de Janeiro, o que nos permite utilizar emissários submarinos na atividade de esgotamento sanitário. As prefeituras de Rio Bonito, Itaguaí e Itaboraí, na Região Metropolitana, renovaram os contratos de concessão de serviços de água e esgoto (parceria) com a CEDAE em até 30 anos. Com o município de Macaé, no Norte Fluminense, a empresa ampliou por igual período a prestação de serviços de água tratada. No total, serão atendidos 600 mil habitantes nos três municípios. Nos últimos cinco anos a Companhia duplicou a capacidade de produção de água tratada no município de Macaé, passando de 300 litros por segundo para os atuais 700. O mapa abaixo representa a nossa área de atuação:



7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

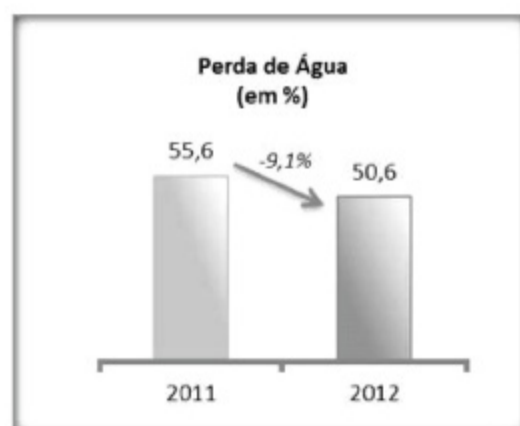
7.1 Aumento de capital
Em 16 de maio de 2012 nosso Conselho de Administração reuniu-se, ordinariamente, e propôs a Capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), com recursos já contabilizados na Companhia no montante de R\$278,5 milhões. Em decorrência deste aumento de capital, o Capital Social da Companhia foi fixado em R\$3.930,4 milhões, correspondentes a 451.986.579.845 ações.
7.2 Redução de capital
Em 11 de junho de 2012 nosso Conselho de Administração reuniu-se ordinariamente, e propôs a redução de nosso capital social em R\$3.830 milhões com o objetivo de amortizar os prejuízos acumulados na Companhia, apurados nas demonstrações financeiras encerradas.
O capital social foi alterado de R\$3.930,4 milhões para R\$ 100,4 milhões com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social.
A referida redução de capital foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, a em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais, realizada em 02 de julho de 2012.
7.3 Grupamento de ações
Em 19 de setembro de 2012 foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, na qual, entre outras matérias, deliberou-se sobre a proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Conselho Fiscal, de grupamento de ações da Companhia.
Nos termos do contido no artigo 12 da Lei nº 6.404/76, foi aprovada, por unanimidade, a proposta da Administração de grupamento de ações na proporção de 1.807 ações ordinárias para 01 ação ordinária, e na proporção de 1.807 ações preferenciais para 01 ação preferencial. Com a efetivação do grupamento, a Companhia restou com 200.296.561 ações ordinárias e 49.634.362 ações preferenciais.
O acionista controlador, o Estado do Rio de Janeiro, comprometeu-se a ajustar a posição acionária do acionista minoritário que eventualmente tivesse restado com fração de ação, a fim de que sua posição fosse sempre arredondada para cima, evitando-se qualquer prejuízo para o acionista minoritário. No que se refere especificamente ao acionista controlador, sua fração de ação foi cancelada.
7.4 Conversão de ações preferenciais para ordinárias
Em 19 de setembro de 2012 foram realizadas Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Especial de Preferencialistas onde foi aprovada, entre outras matérias, a proposta do Conselho de Administração de conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de 01 (uma) ação preferencial para 01 (uma) ação ordinária.
Desse modo, a totalidade das 49.634.362 ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, na proporção de 01 ação preferencial para 01 ação ordinária. Como resultado do grupamento de ações e da conversão de ações, o capital da Companhia é atualmente representado por 250.130.923 ações ordinárias.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



8. INDICADORES OPERACIONAIS

Informações Operacionais	2012	2011	Var.
Índice de Atendimento de Água (%)	83,3	83,1	0,2%
Índice de Atendimento de Esgoto (%)	39,3	38,9	0,9%
População Atendida com Abastecimento de Água (Em Milhões de Hab.)	11,1	10,9	1,7%
População Atendida com Coleta de Esgoto (Em Milhões de Hab.)	3,8	3,8	1,1%
Ligações de Água	1.790,3	1.760,7	1,7%
Ligações de Esgoto	519,1	518,0	0,3%
% de Hidromedtação (%)	66,7	66,4	0,4%
Perdas de Água (%)	50,6	55,6	-9,1%
Volume Faturado de Água	819,7	807,8	1,5%
Volume Faturado de Esgoto	351,4	348,3	0,9%



9. DESEMPENHO FINANCEIRO

9.1 Receita Operacional Bruta
O aumento da receita de serviços condicionou um crescimento significativo da receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 3.820,5 milhões em 2012 (R\$ 1.084,5 milhões no 4T12), acréscimo de 8,7% (ou R\$ 304,5 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior. No 4T12, o aumento da receita operacional bruta foi de 11,3%, ou seja, de R\$ 110,2 milhões.

9.2 Reajustes Tarifários
Em 2012, a CEDAE obteve reajustes em suas tarifas com os seguintes efeitos percebidos pelos consumidores: 9,40% para as tarifas praticadas em todas as categorias com a exceção dos clientes enquadrados na tarifa social, cujo reajuste foi de 4,96%. O reajuste da tarifa social é equivalente à variação acumulada nos últimos 12 meses até maio de 2012, registrada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

9.3 Custos e Despesas Operacionais
Em 2012, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 3.011 milhões, crescimento de 14,6% (ou R\$ 384,5 milhões) em relação a 2011. No 4T12, o aumento dos custos e despesas operacionais foi de 2,5% (ou R\$ 21,2 milhões). A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Descrição - R\$ Milhões	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
1. Pessoal	202,0	190,4	6,1%	753,7	721,4	4,5%
2. Material	17,5	18,2	-3,8%	62,6	50,5	24,0%
3. Serviços de Terceiros	158,2	151,1	4,7%	514,3	517,3	-0,6%
4. Despesas Geras	7,1	4,7	51,1%	21,4	19,8	8,1%
5. Depreciações e Amortizações	68,7	88,9	-22,7%	279,0	301,4	-7,4%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	253,7	114,1	122,3%	713,9	534,7	33,5%
7. Provisões Contingências	118,3	130,8	-9,6%	590,9	294,4	100,7%
8. Provisão Atuarial	23,5	153,4	-84,7%	119,4	396,2	-69,9%
9. Outras despesas/receitas operacionais	(24,4)	(5,9)	313,6%	(44,2)	(209,0)	-78,9%
Despesas e Custos Operacionais	824,5	845,7	-2,5%	3.011,0	2.626,5	14,6%

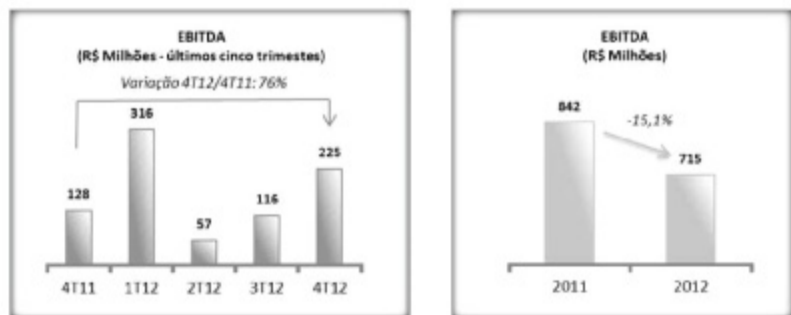
Os itens que mais contribuíram para a elevação dos custos e despesas da CEDAE no ano de 2012 em comparação com 2011 foram:

- **Pessoal:** Elevação devido de 4,5%, devido ao Acordo coletivo da categoria assinado em julho de 2012 de 4,88% e retroativo a 1º maio de 2012, que é a data base da empresa.
- **Depreciações:** Redução devido à baixa de bens doados.
- **Provisão para Devedores Duvidosos:** Após a efetivação do encontro de contas com o Governo do Estado e Município do RJ, as inadimplências destes órgãos passaram a ser consideradas conforme os padrões utilizados para entidades públicas.
- **Provisões Contingências:** Aumento decorrente das provisões para causas jurídicas trabalhistas.
- **Provisão Atuarial:** Redução foi devido ao reconhecimento de grande parte das provisões estarem registradas em resultados abrangentes.
- **Outras despesas/receitas operacionais:** Em 2011 e 2012 ocorreu uma receita com a opção pelo Refis IV, porém a maior parte do valor foi reconhecido em 2011.

9.4 Geração operacional de caixa (EBITDA)
Em 2012, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 715,2 milhões, contra R\$ 842,1 milhões em 2011, ou seja, uma redução de 15,1% (ou R\$ 126,9 milhões). A redução ocorreu em função do decréscimo de outras receitas operacionais. No 4T12, o EBITDA foi de R\$ 225,2 milhões (margem de 23%), contra R\$ 127,6 milhões no 4T11 (margem de 14,4%), um crescimento de 76,5% (ou R\$ 97,6 milhões).

Descrição - R\$ Milhões	Trimestre			Exercício		
	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
(=) EBIT	156,5	38,7	304,4%	436,2	540,7	-19,3%
Margem EBT (%)	16,0%	4,4%	263,6%	12,7%	17,1%	-25,7%
(+) Depreciação e amortização	88,7	88,9	-22,7%	279,0	301,4	-7,4%
(=) EBITDA	225,2	127,6	76,5%	715,2	842,1	-15,1%
Margem EBITDA (%)	23,0%	14,4%	59,7%	20,7%	26,6%	-22,2%

O comportamento EBITDA da CEDAE ao longo dos últimos cinco trimestres, e a comparação anual pode ser assim demonstrados:



9.5 Resultado financeiro
O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 2012 representou despesa financeira líquida de R\$ 60,9 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 494,0 milhões em 2011, ou seja, uma melhora de R\$ 433,1 milhões devido ao equacionamento da dívida com o Banco do Brasil via FIDC.

No 4T12, o resultado financeiro representou uma despesa financeira líquida de R\$ 33,1 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 150,4 milhões no 4T11.

9.6 Lucro líquido: crescimento de 186,7%
A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 163 milhões em 2012 representando um incremento de 186,7% em relação ao prejuízo registrado em 2011. Esse avanço decorre, em parte, do acréscimo de 8,7% da receita operacional bruta no ano, aliada a queda dos custos e das despesas financeiras líquidas.

Composição do lucro líquido:

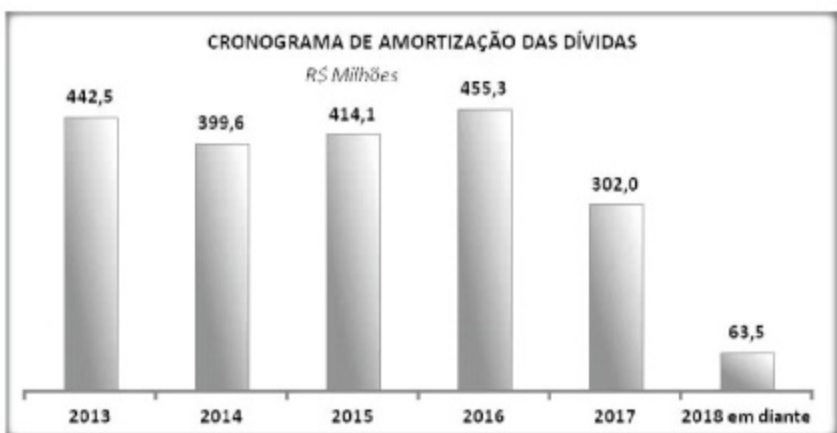
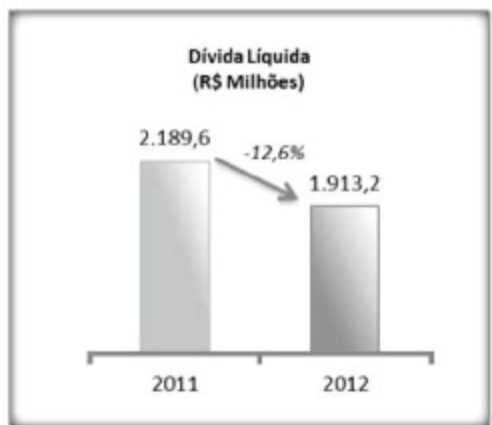
Composição do Lucro Líquido R\$ Milhões	Trimestre			Exercício		
	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
(+) Resultado antes do resultado financeiro	156,5	38,7	304,4%	436,2	540,7	-19,3%
(+/-) Resultado financeiro	(33,1)	(150,4)	-78,0%	(60,9)	(494,0)	-87,7%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(41,5)	(4,1)	912,2%	(212,3)	(234,8)	-9,6%
(=) Lucro Líquido	81,9	(115,9)	170,7%	163,0	(188,0)	186,7%



10. ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO

Descrição - R\$ Milhões	2012	2011	Var.
Empréstimos e Financiamentos	1.378,9	1.528,6	-9,8%
Passivo Atuarial*	625,3	678,3	-7,8%
Total da Dívida Bruta	2.004,1	2.207,1	-9,2%
Disponibilidade	91,0	17,5	420,0%
Total da Dívida Líquida	1.913,2	2.189,6	-12,6%
EBITDA	715,2	842,1	-15,1%
Dívida Líquida/EBITDA	2,67	2,60	2,7%
PL	4.670,4	4.497,8	3,8%
Dívida Líquida/PL	41%	49%	-16,3%

* Refere-se Dívida Prece nota 20



Em 15 de fevereiro de 2012, foi constituída a 2ª Emissão de Debêntures da CEDAE, cujos recursos obtidos foram destinados para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia.

As Debêntures são da espécie quirográfrica (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contam, adicionalmente, com garantias reais. A taxa cobrada nesta emissão é CDI + 2,2% a.a., com 60 parcelas mensais, com vencimento em fevereiro de 2017. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R\$ 83.333 Mil.

Segue abaixo uma breve descrição dos demais empréstimos e financiamentos da Companhia:

Objeto	Ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também ampliação de estações de tratamento.
Saldo devedor em 31/12/2012 (R\$ mil)	R\$ 124.173
Juros	10% a.a. + TR, acréscimo de 1% a.m. para a parcela vencida
Vencimento	2014
* Caixa Econômica Federal	
Objeto	Vários contratos feitos com o objetivo de realizar melhorias e ampliações nas redes de água e esgoto.
Saldo devedor em 31/12/2012 (R\$ mil)	R\$ 155.522
Juros	8 e 13% a.a. + UPR
Vencimento	2021
* Fundo de Investimento em Direitos Creditários - FIDC CEDAE	
Objeto	Pagamento da dívida vencida junto ao Tesouro Nacional (Banco do Brasil S.A.)
Saldo devedor em 31/12/2012 (R\$ mil)	R\$ 1.015.834
Juros	1ª Série: CDI + 2,9% a.a. e 2ª Série: IPCA + 8,5% a.a.
Vencimento	2017

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os valores que lastreiam as práticas da Companhia são: transparência, prestação de contas, conformidade e equidade. Transparência refere-se em particular às informações que têm reflexo nos negócios. Prestação de contas refere-se à responsabilidade das ações corporativas e sua informação, com base em práticas contábeis corretas. Equidade é o conceito de que acionistas majoritários e minoritários credores e demais stakeholders devem ser tratados com justiça.

Dessa forma, a Companhia tem aperfeiçoado suas práticas de Governança Corporativa, sempre de forma alinhada com sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população fluminense e do desenvolvimento socioeconômico, com rentabilidade, visando à satisfação da sociedade, dos clientes e dos acionistas.

Dentre as principais medidas adotadas destacam-se:

- Sistema de compras através de pregão eletrônico;
- Auditoria do balanço elaborado pela PricewaterhouseCoopers;
- Disseminação do conhecimento por meio da universidade corporativa (UniverCEDAE);
- Implantação do processo de ERP (Enterprise Resources Planning), nas áreas de tesouraria, no orçamento, no controle de materiais e no processo de integração da informação;
- Participação de três conselheiros independentes;
- Criação de um comitê de auditoria constituído por três membros com notório conhecimento das novas normas contábeis vigentes (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Missão: Fornecer serviços sanitários para aprimorar a qualidade de vida da população fluminense e contribuir para o desenvolvimento social com rentabilidade, objetivando satisfazer a sociedade, clientes e acionistas.

Conselho de Administração

Conselho de Administração: constituído, atualmente, por 7 membros com mandato de 2 anos. Os estatutos da Companhia asseguram a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com o mesmo mandato dos diretores.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é estabelecido em uma base permanente desde a incorporação e, atualmente, é constituído por 4 membros e 4 suplentes. O Conselho Fiscal da CEDAE se reúne, no mínimo, uma vez ao mês.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria auxilia o Conselho de Administração e é constituído por 3 pessoas independentes das quais uma é especialista em finanças e contabilidade.

Presidência

Responsável pela implementação e aplicação das determinações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretores.

CFO e Diretor de Relações com Investidores

Responsável por todo o relacionamento com investidores além da direção, supervisão e coordenação das atividades relacionadas às áreas de orçamento e execução financeira, controle e contabilidade, suprimentos, transporte e equipamentos, protocolo geral e arquivo. Também, representa a Companhia junto à Previdência Complementar - PRECE e Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae (CAC).

12. AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS

12.1 Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e Olimpíadas

Centário das competições de vela nos Jogos Olímpicos de 2016, a Baía de Guanabara deverá receber, até a realização do evento, cerca de R\$ 2 bilhões em obras de esgotamento sanitário. No Programa de Saneamento Ambiental do Entorno da Baía de Guanabara (Psam) - principal programa de investimentos executado pela CEDAE, Secretaria do Ambiente e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) - serão aplicados R\$ 1,13 bilhões na recuperação ambiental da Baía, beneficiando diretamente quase 1,3 milhões de pessoas. Desse montante, R\$ 800 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros R\$ 330 milhões, de recursos de contrapartida ao financiamento, oriundos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam).

Com isso, o Rio de Janeiro chegará a 2016 tratando em regime secundário (sistema que retira cerca de 98% das impurezas), 16 mil litros de esgoto por segundo (l/s). Para se ter uma noção da grandeza dos números, até 2007 só eram tratados 2 mil l/s e, atualmente, com os investimentos realizados pela CEDAE nos últimos cinco anos, já recebem tratamento secundário cerca de 6 mil l/s.

12.2 Novos Projetos de Esgotamento Sanitários

O Psam é formado por uma série de projetos de saneamento voltados para a despoluição da Baía de Guanabara. Todos serão concluídos até 2015 dentro do compromisso firmado com o Comitê Olímpico Internacional (COI). Entre eles:

12.2.1 Sistema Alcântara
Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos, que inclui a construção de troncos e redes coletoras e uma nova Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) com capacidade para tratar 1,2 mil litros por segundo. Serão beneficiadas 250 mil pessoas.

12.2.2 Rede Cidade Nova

Construção de troncos e redes coletoras e uma elevatória com capacidade para bombear 900 litros de esgoto por segundo para a ETE Alegria, no Caju. Integra o PDBG (Programa de Despoluição da Baía de Guanabara).

12.2.3 Esgotamento Sanitário da Pavuna

Complementação do sistema com a construção de troncos e redes coletoras e elevatórias. A ETE Pavuna tem capacidade para tratar 1,5 mil litros de esgotos por segundo. Integra o PDBG e deverá chegar a 2,5 mil l/s.

12.2.4 ETE Alegria

Compra e montagem de equipamentos que permitirão à estação triplicar sua capacidade de tratamento, passando para 7,5 mil litros de esgotos por segundo pelo sistema secundário.

12.2.5 Esgotamento Sanitário do Sarapuí

Complementação do sistema com a construção de redes coletoras e três elevatórias de esgotos. A ETE Sarapuí entrou em operação em outubro de 2011 e tem capacidade para tratar 1,5 mil litros de esgotos por segundo nos sistemas primário e secundário. Recebe o esgoto de 1 milhão de pessoas e integra o PDBG.

12.3 Novos Projetos de Abastecimento de Água

12.3.1 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água para os Bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá no Município do Rio de Janeiro

O projeto vai ao encontro dos compromissos firmados com o Comitê Olímpico Internacional (COI) para a realização dos Jogos Olímpicos em 2016 e consiste na construção dos reservatórios do Outeiro e Jacarepaguá, com capacidade para 20 milhões de litros cada, e a reforma do reservatório de Reunido. Além disso, também será realizado o assentamento de adutoras, travessias, troncos distribuidores e redes distribuidoras (interligações) na extensão total de 79.892 metros. Iniciado em dezembro de 2012, onde seu prazo de execução é de 720 dias e beneficiará cerca de 900 mil pessoas.

12.3.2 Ampliações e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água na sua Área de Concessão:

Ampliação nos sistemas de Macaé, Rio das Ostras e Casemiro de Abreu
Implantação do Sistema de Abastecimento na localidade de São Sebastião dos Ferreiros em Vassouras.

13. EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS

Em 2012 a CEDAE desenvolveu um trabalho de ampliação e recuperação de suas adutoras, redes, elevatórias e unidades de tratamento de água potável na Região Metropolitana, com destaque para as áreas de São Gonçalo, Zona Oeste, área do COMPERJ e diversos municípios da Baixada Fluminense e Interior do Estado.

Nesse exercício foram implantados os Sistemas de Abastecimento de Água de Jacaré, no município de Saquarema, de Inoé e Itaipuçu, no município de Maricá, de São João da Barra, no município de mesmo nome e de Mornerat, no município de Duas Barras.

No que trata de saneamento básico deve ser destacada a implantação e expansão das redes de esgotamento sanitário, estações de tratamento e a efetivação das ligações domiciliares com as redes de coleta.

Podemos destacar as obras realizadas na Região Metropolitana e, principalmente, a rede de coleta da ilha de Paquetá que, juntamente com as obras de recuperação da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE de São Gonçalo e a expansão das ETEs da Pavuna e Sarapuí em muito contribuíram no processo de despoluição da Baía de Guanabara, elemento componente dos compromissos olímpicos, assumidos pelas Administrações Estadual e Municipal.

A implantação das redes de esgotamento sanitário dos municípios de Seropédica, Itaperuna e Cordeiro evidenciam que a Administração da CEDAE também mantém uma preocupação constante com a população residente no interior do Estado e, desta forma, é capaz de proporcionar uma melhoria na saúde e na qualidade de vida desse contingente populacional.

14. PROGRAMAS E AÇÕES IMPLEMENTADAS

Em 2012 a CEDAE focou suas ações na ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água tratada na Zona Oeste tendo em vista que fora detectado um aumento da demanda decorrente dos inúmeros empreendimentos imobiliários que surgiram na região, principalmente aqueles incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Nessa linha, destaca-se o Sistema da Barra da Tijuca e a complementação das obras no bairro de Campo Grande, dentre outros.

Os investimentos realizados na região da grande São Gonçalo, área sabidamente com baixos índices de saneamento, promoveram uma melhoria nos indicadores de saúde e de sustentabilidade dos corpos hídricos do Estado, tendo em vista que recursos foram aplicados diretamente nessas áreas.

A implantação do COMPERJ, no município de Itaboraí vem provocando um aumento de demanda por saneamento básico e produção de água potável nas regiões de Maricá, Itaboraí e São Gonçalo e que tem exigido uma atenção maior por parte da CEDAE.

Da mesma forma, a Complementação do Sistema Alegria e a Complementação dos Sistemas Sarapuí e Pavuna estão a merecer uma atenção maior por parte da Administração, por serem elementos fundamentais do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e que faz parte dos "Compromissos Olímpicos" assumidos pelo Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

Embora a CEDAE tenha dado uma grande atenção à Região Metropolitana do Estado a Administração também se manteve atenta às demandas do Interior e investiu fortemente na melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Cordeiro, Paty do Alferes, Sapucaia, Valença, Barra do Pirai, Saquarema, Maricá, São João da Barra, Duas Barras e Itaperuna.

15. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Dentro do seu programa de modernização administrativa, a CEDAE vem apresentando excelentes resultados com a centralização de todas as demandas de consumo de energia elétrica das suas 1.400 unidades operacionais distribuídas em 64 municípios fluminenses. A medida tem permitido à Companhia aumentar a eficiência e segurança do uso da energia, reduzindo ao mesmo tempo os custos operacionais da empresa. O Sistema de Gerenciamento de Energia Elétrica está dividido em três partes:

15.1 Telemetria dos Dados de Consumo - Monitora e envia os dados de consumo e demanda das contas de energia de 38 unidades de média e alta tensão, que representam cerca de 80% da despesa da Companhia com energia elétrica. Essas informações são acompanhadas online tanto pelos responsáveis por essas unidades quanto pelo pessoal da Assessoria de Gestão de Energia Elétrica, o que permite saber se o consumo de energia está dentro do limite contratado para aquela unidade junto à concessionária.

15.2 Gestão de Contas - Administra por meio digital 1.400 faturas enviadas pelas concessionárias via Internet e importadas para o Sistema de Gestão de Conta. Além de eliminar possíveis erros de digitação e manter o cadastro atualizado de todas as unidades, essa medida gera relatórios que permitem comparar o custo e o consumo do mês com a média histórica das unidades e o consumo medido pelos equipamentos instalados pela CEDAE com os valores apresentados pelas concessionárias.

15.3 Qualidade de Energia - Monitora via Internet a qualidade de energia fornecida pelas concessionárias a 38 unidades. Dessa forma, é possível identificar com precisão o período do dia em que houver interrupção ou fornecimento inadequado de energia à unidade. Uma vez que os equipamentos são dimensionados para determinada tensão/voltagem, esses problemas podem acarretar graves defeitos em motores gerando prejuízos à empresa. O sistema, então, funcionará como prova junto à concessionária de energia na cobrança de ressarcimento.

15.4 Outras Ações na Área de Inovação Tecnológica: Parceria CEDAE x GOOGLE - Implementação do conceito de computação "em nuvem", que permite ao funcionário acessar arquivos e realizar diferentes tarefas pela internet, sem precisar baixar aplicativos para todo tipo de serviço, já que os dados não ficam armazenados em um computador específico, mas em uma rede.

16. SISTEMA DE INFORMÁTICA

Identificar os hidrômetros na rede que começam a apresentar desgaste, é premissa essencial para manter o controle adequado sobre o faturamento. Por isso desde 2007, a CEDAE desenvolveu um Módulo de Perdas no software que recebe as informações dos coletores de leitura (leitura simultânea). Ele realiza a varredura de todas as 1,2 milhão de contas de água hidrometradas, apontando qualquer grande alteração no consumo do imóvel, o que pode representar algum tipo de irregularidade a ser verificada.

Uma vez identificada e corrigida a perda apresentada, o sistema gerencia os medidores apontando o momento ideal para que sua troca seja realizada, antes que ocorra uma nova queda no faturamento. Essa indicação é apresentada tendo como base o limite de totalização de cada tipo de hidrômetro, parâmetros identificados em laboratório e informados no sistema. Portanto, a proteção da receita está fundamentada através da gestão sistematizada do parque de hidrômetros.

17. PROGRAMA DE OBRAS DA CEDAE COM O APOIO DO GOVERNO DO ESTADO E FEDERAL (EM MILHÕES DE R\$)

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO COM RECURSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL (EM MILHÕES DE R\$)	SALDO EM 2013
REGIÃO METROPOLITANA	2.186,19
REGIÃO BAIXADA FLUMINENSE	921,8
LESTE FLUMINENSE	206,64
INTERIOR DO ESTADO	133,79
PROJETOS	26,3
VALOR TOTAL	3.474,72



RIO DE JANEIRO			
Descrição do projeto de Investimento	População atendida	Saldo dos investimentos R\$ MM	Situação
Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água da Ilha do Governador	30.000	2,28	PREV TÉRMINO JUL / 2013
Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Paqueta.	24.500	22,13	PREV TÉRMINO DEZ / 2013
Elaboração de Projeto Executivo e execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Zona Oeste - Santa Cruz, Guaratiba e outros	600.000	195,91	PREV TÉRMINO MAI / 2015
Reforço do Sistema do Abastecimento de Água da Barra da Tijuca, Recreio Vargem Grande e Bangu	424.000	90,25	PREV TÉRMINO ABR / 2015
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	151,94	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Reforço do abastecimento de água tratada de parte de Campo Grande	25.000	2,93	PREV TÉRMINO JUL / 2013
Obras de esgotamento sanitário do Eixo Olímpico	63.381	50,21	PREV TÉRMINO MAR / 2015
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do Eixo Barra- Recreio - Restinga do Itapeba	138.201	48,44	PREV TÉRMINO JUN / 2014
Ampliação do Sistema Coletor de Esgotamento Sanitário da Lagoa da Tijuca	424.000	31,8	EM LICITAÇÃO
Serviços de modernização da Elevatória de Esgotos de São Conrado, respectivo recalque e emissário por gravidade	250.000	17,1	EM LICITAÇÃO
Construção da linha de recalque da Elevatória André Azevedo	350.000	16,4	EM CONTRATAÇÃO
Programa de Saneamento nos municípios do entorno da Baía de Guanabara (PSAM) (Projetos: Cidade Nova, Esgotamento Sanitário da bacia do Rio Alcântara - São Gonçalo, complementação do esgotamento sanitário de Sarapuí e Pavuna)	750.000	850	EM FASE DE ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
Programa de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Recreio, Vargem Grande, Jacarepaguá e Barra da Tijuca	320.000	218	EM FASE DE REVISÃO DO PROJETO E DO ORÇAMENTO
Programa SENA-LIMPA (praias de São Conrado, Leblon, Leme, Praia Vermelha, Urca e Bica)	80.000	70	EM FASE DE REVISÃO DO PROJETO E DO ORÇAMENTO
SISTEMA ALEGRIA			
Complementação do Tronco Coletor Faria Timbó	456.000	159,31	PREV TÉRMINO AGO / 2014
Complementação do Tronco Coletor Mangueiras e saneamento da Maré	900.000	189,9	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	59,59	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
REGIÃO METROPOLITANA TOTAL		2.186,19	

BELFORD ROXO			
Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água para a localidade de Belford Roxo	120.000	21,19	PREV TÉRMINO ABR / 2014
Melhoria operacional da rede de abastecimento de água para a localidade de Belford Roxo	23.115	5,37	PREV TÉRMINO DEZ / 2013
Recuperação da Estação de Tratamento de Esgotos Joinville - Lote XV - Instalações civis, eletro-hidráulicas e aquisição com montagem de equipamentos	32.000	1,22	PREV TÉRMINO SET / 2013

DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Eliseos	58.000	27,42	PREV TÉRMINO MAI / 2014
Melhoria operacional da rede de abastecimento de água de Duque de Caxias - Jardim Primavera e outros	26.680	4,27	PREV TÉRMINO JAN / 2014
Melhoria operacional do Sistema de Abastecimento de Água do bairro Parque Fluminense.	35.000	11,84	PREV TÉRMINO MAR / 2014

ITAGUAÍ / SEROPÉDICA			
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Seropédica e Itaguaí	106.111	63,1	PREV TÉRMINO ABR / 2015
Implantação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário nas localidades de Piranema e Boa Fé	4.800	0,99	PREV TÉRMINO AGO / 2013

NOVA IGUAÇU			
Melhoria operacional do reservatório da Posse através do assentamento de nova linha de recalque a partir do booster de Miguel Couto	120.000	3,31	PREV TÉRMINO OUT / 2013
Melhoria do abastecimento de água tratada para os bairros de Jardim Viga e Jardim Esplanada	33.000	3,13	PREV TÉRMINO DEZ / 2013
Melhoria de abastecimento para as localidades de Mesquita e Nova Iguaçu (Sistema JK).	120.000	11,32	PREV TÉRMINO MAR / 2014

Implantação do sistema de abastecimento de água para os bairros de Prados Verdes e Praça São Francisco de Paula.	100.000	13,92	PREV TÉRMINO JAN / 2014
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará.	102.000	36,53	PREV TÉRMINO ABR / 2014
Substituição de conjuntos girantes em 4 conjuntos motor-bomba na Nova Elevatória da Zona Rural	8.500.000	1,2	PREV TÉRMINO MAR / 2014

MAGÉ			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé, Mauá e Suruí	55.814	41,76	PREV TÉRMINO ABR / 2014

DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Ampliação do abastecimento de água da Baixada Fluminense (Belford Roxo, São João de Meriti, Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias) e do Interior do Estado	520.000	497	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Recuperação do Sistema de Coleta e Transporte de Esgotos Sanitários da Pavuna	288.000	23,83	PREV TÉRMINO MAR / 2014
Sistema de Coleta e Transporte de Esgotos Sanitários de Sarapuí	127.200	25,54	PREV TÉRMINO SET / 2014
Complementação do Sistema de Coleta e Transporte de Esgoto Sanitário da Pavuna	256.000	57,04	PREV TÉRMINO SET / 2015
Melhorias operacionais do booster da Baixada Fluminense com a instalação de equipamentos eletromecânicos e válvulas de retenção	667.000	0,3	PREV TÉRMINO AGO / 2013
Instalação de macromedidores e válvulas reguladoras de vazão telecomandadas para controle operacional da Adutora da Baixada Fluminense	1.322.338	2,41	PREV TÉRMINO JUL / 2013
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	51,86	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Complementação da duplicação da Adutora Principal da Baixada Fluminense	817.000	16,95	PREV TÉRMINO MAI / 2013
BAIXADA FLUMINENSE TOTAL		921,8	

MARICÁ			
Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Inoã e Itaipuaçu.	47.500	57,24	PREV TÉRMINO SET / 2013
Reforço no Sistema de Abastecimento de Água da Sede do Município de Maricá	40.058	0,3	PREV TÉRMINO MAR / 2013
Implantação do sistema de abastecimento de água de Ponta Negra	5.600	4,14	PREV TÉRMINO MAR / 2014
Ampliação e Melhorias Operacionais do Sistema de Distribuição de Água Tratada nos Bairros Caxito e Nova Metrópole	1.900	0,34	PREV TÉRMINO JUN / 2013

RIO BONITO			
Elaboração de Projeto Executivo e execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Rio Bonito	10.000	11,46	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Ampliação do sistema de abastecimento de água da localidade de Boa Esperança	10.000	12,2	EM LICITAÇÃO

SAQUAREMA			
Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Jacaré	5.600	5,18	PREV TÉRMINO MAR / 2014

TANGUÁ			
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tanguá	34.500	1,83	PREV TÉRMINO AGO / 2013

SÃO GONÇALO			
Melhoria do abastecimento de água tratada nas áreas de abrangência dos reservatórios Marques Maneta, Colubandê, Trindade, Tribobô e Amendoeira	400.000	48,65	PREV TÉRMINO JUN / 2014
Elaboração de Projeto Executivo e execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Monjolos	66.247	25,46	PREV TÉRMINO NOV / 2014
Obras e serviços de adequação, reforma e melhorias operacionais e do Sistema de Tratamento de Esgotos da ETE São Gonçalo	280.000	8,48	PREV TÉRMINO ABR / 2014

Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Tratada e execução de ligações prediais em São Gonçalo, recuperação do booster e dos reservatórios Marques Maneta, Colubandê, complementação dos Sistemas Ipiiba e Rio do Ouro e outros.	400.000	12,28	PREV TÉRMINO JUN / 2014
---	---------	-------	-------------------------

Melhoria operacional do Sistema Imunana-Laranjal com a execução da nova adutora de água bruta e otimização da Estação de Tratamento de Água - ETA	1.560.000	15,65	PREV TÉRMINO MAR / 2014
Implantação de rede coletora e ligações domiciliares de esgoto nas bacias dos Rios Mutondo e Coelho	8.266	3,43	PREV TÉRMINO AGO / 2013
LESTE FLUMINENSE TOTAL		206,64	

BARRA DO PIRAI			
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Sede do Município de Barra do Pirai	95.000	15,3	PREV TÉRMINO AGO / 2014
CORDEIRO			
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Cordeiro	35.000	0,61	PREV TÉRMINO JUN / 2013
PATY DO ALFERES			
Reforço do Sistema de Abastecimento de Água de Paty do Alferes	27.765	0,85	PREV TÉRMINO AGO / 2013
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	21,21	PREV TÉRMINO JUL / 2014
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	64,77	PREV TÉRMINO SET / 2014
RIO CLARO			
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das localidades de Fazenda da Grama e Vargem do Inhame	1.800	1,48	PREV TÉRMINO JUN / 2013
SANTA MARIA MADALENA			
Reforço do Sistema de esgotamento sanitário do Distrito de Triunfo	400	0,99	PREV TÉRMINO JUL / 2013
VALENÇA			
Ampliação do Sistema de abastecimento de água da sede do município e do distrito de Conservatória	78.437	25,71	PREV TÉRMINO JUN / 2014
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA			
Sistema de abastecimento de água do município de São Francisco de Itabapoana	25.000	1,9	PREV TÉRMINO JAN / 2013
SÃO JOÃO DA BARRA			
Implantação do Sistema de Abastecimento de Água das localidades de Pipeiras e Palacete	5.600	0,81	PREV TÉRMINO MAR / 2013
SAPUCAIA			
Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das localidades de Jamaparã e Sapucaia	33.632	0,16	PREV TÉRMINO MAR / 2013
INTERIOR DO ESTADO TOTAL			
		133,79	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	90.986	17.493	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	295.107	227.293
Contas a receber de clientes (Nota 8)	932.896	822.420	Empreiteiros e fornecedores	164.001	292.165
Estoque	7.966	6.001	Salários a pagar	28.240	425
Tributos a recuperar (Nota 9)	27.028	37.628	Passivo atuarial (Nota 20)	146.712	146.095
Outros	13.613	17.496	Impostos e contribuições a receber (Nota 15)	322.748	321.094
	1.072.489	901.038	Parcelamento especial - PAES/PAEX e REFIS IV (Nota 16)	89.196	56.378
			Dividendos a pagar	38.710	
Não circulante			Outros parcelamentos (Nota 21)	112.778	117.059
Realizável a longo prazo			Provisões de encargos trabalhistas	112.296	109.785
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	114.361	59.777	Outras contas a pagar	46.008	23.039
Contas a receber de clientes (Nota 8)	7.351	781.025		1.355.786	1.293.333
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 17)	703.554	515.416	Não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 8)	444.282	3.533	Exigível a longo prazo		
Outros créditos (Nota 10)	42.032	72.567	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	1.083.754	1.301.545
	1.311.580	1.472.338	Parcelamento especial - PAES/PAEX e REFIS IV (Nota 16)	394.823	304.161
Intangível (Nota 12)			Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	1.394.960	1.606.498
Imobilizado (Nota 13)	10.334.228	10.540.867	Outros parcelamentos (Nota 21)	140.414	105.406
	87.335	86.914	Provisão para contingências (Nota 17)	1.977.189	1.729.868
	10.421.533	10.627.781	Passivo atuarial (Nota 20)	1.594.044	1.387.757
			Mutuo com o Controlador (Nota 11)	3.499	
			Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 11)		278.473
			Outras contas a pagar (Nota 19)	190.736	496.301
				6.779.439	7.210.009
			Patrimônio líquido (Nota 22)		
			Capital social	100.384	3.651.911
			Reserva de capital	13.964	13.964
			Ajuste de avaliação patrimonial	4.406.287	4.791.243
			Reserva de lucros	149.742	
			Prejuízos acumulados		(3.959.303)
			Total do patrimônio líquido	4.670.377	4.497.815
			Total do passivo e patrimônio líquido	12.805.602	13.001.157

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Receita (Nota 23)	3.447.267	3.167.268
Custo dos serviços prestados (Nota 24(a))	(1.221.563)	(1.249.722)
Lucro bruto	2.225.704	1.917.545
(Despesas) Receitas operacionais	(778.541)	(583.737)
Despesas comerciais (Nota 24(b))	(350.810)	(314.443)
Despesas administrativas (Nota 24(c))	(660.108)	(478.617)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 26)	436.245	540.748
Lucro operacional antes do resultado financeiro	224.581	150.203
Receitas financeiras (Nota 25(b))	(285.502)	(644.175)
Despesas financeiras (Nota 25(a))	375.324	46.778
Lucro antes dos impostos e contribuições	(212.331)	(234.805)
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Nota 18(a))	182.993	(188.027)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	250.130.923	235.407.436
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias no fim do exercício	0,65193	(0,84665)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações preferenciais (em reais) - (Nota 22.c)		(0,79873)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias (em reais) - (Nota 22.c)		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	162.993	(188.027)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 20)	(307.604)	175.770
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - CAC (Nota 20)	(44.021)	100.168
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Prêmio de aposentadoria (Nota 20)	2.847	7.190
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)	118.584	(92.388)
Outros componentes do resultado abrangente	(230.194)	190.749
Total do resultado abrangente do exercício	(67.201)	2.722

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva	Reservas de lucro				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Retenção legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.651.911	13.964			4.753.097	(3.933.879)	4.496.093
Outros resultados abrangentes					190.749		190.749
Ajuste atuarial					(162.603)	162.603	
Mutações internas do patrimônio líquido					(188.027)		(188.027)
Realização da reserva de reavaliação							
Prejuízo do exercício							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.651.911	13.964			4.791.243	(3.959.303)	4.497.815
Transações de capital							
Aumento de capital (Nota 22 (a))							
Redução de capital social (Nota 22 (a))							
Outros resultados abrangentes							
Ajuste atuarial							
Mutações internas do patrimônio líquido							
Realização da reserva de reavaliação							
Lucro líquido do exercício							
Distribuição proposta							
Reserva legal				8.150		(8.150)	
Dividendos						(38.710)	(38.710)
Reserva de lucro						(141.592)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	100.384	13.964	8.150	141.592	4.406.287		4.670.377

	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Macaé		EM LICITAÇÃO
351.118-23		1,5	
351.119-37	Novo Sistema de Produção e Adução da Baixada Fluminense	3,7	EM LICITAÇÃO
347.399-44	Ampliação do Sistema de Produção de Água Tratada IMUNANA-LARANJAL	2	EM LICITAÇÃO
347.400-75	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Sede, São José do Imbaissai e Ubatinga, no Município de Maricá	1,2	EM LICITAÇÃO
347.401-89	Estudo de Alternativas de Mananciais, incluindo o reservatório de Juturnaiba para o abastecimento de água na área de influência regional do COMPERJ e do Projeto Básico da ETA da Unidade de Produção	3,5	EM LICITAÇÃO
347.402-93	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Distritos Sede e Boa Esperança, no Município de Rio Bonito	1,5	EM LICITAÇÃO
347.403-06	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tanguá	1,2	EM LICITAÇÃO

1. RECONHECIMENTOS
Prêmio Instituto Ambiental Biosfera/UERJ - Através do projeto Replantando Vida a Companhia recebeu o prêmio Instituto Ambiental Biosfera na Categoria Educação Ambiental 2012 pelos esforços realizados referentes à preocupação com o meio ambiente.
Medalha da ACRJ - A medalha Vida Que Te Quero Viva, referente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), lançada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) em parceria com a Casa da Moeda foi recebida por meio da implantação de projetos de desenvolvimento sustentável.

2. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE
Ematendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com nossos auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Os auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foram contratados para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo que o valor dos honorários devidos por este trabalho totalizaram R\$3750.000,00. Também contratamos a PwC para a prestação de serviços adicionais ao exame de nossas demonstrações financeiras e os honorários relativos a cada serviço são apresentados abaixo:

- Serviço: Avaliação e preparação para a abertura de capital
Natureza do Serviço: Assessorar a administração na avaliação das ações necessárias no processo de preparação da CEDAE para o acesso ao mercado de capitais
Data da Contratação: 15/11/2012
Honorários: R\$38.800,00
Percentual: 5,2%
- Serviço: Assessoria e orientação para equacionar as exigências do regulador de mercado
Natureza do Serviço: Assessorar a administração na avaliação das ações necessárias no processo de preparação da CEDAE para o acesso ao mercado de capitais
Data da Contratação: 15/11/2012
Honorários: R\$281.300,00
Percentual: 37,5%
- Serviço: Assessoria no processo de abertura de capital
Natureza do Serviço: Assessorar a administração na avaliação das ações necessárias no processo de preparação da CEDAE para o acesso ao mercado de capitais
Data da Contratação: 15/11/2012
Honorários: R\$140.650,00
Percentual: 18,8%
- Serviço: Emissão de carta de conforto em conexão com o processo específico de negociação de títulos nos mercados brasileiro e internacional
Natureza do Serviço: Assessorar a administração na avaliação das ações necessárias no processo de preparação da CEDAE para o acesso ao mercado de capitais
Data da Contratação: 15/11/2012
Honorários: R\$509.250,00
Percentual: 67,9%

Justificativa dos Auditores Independentes - PwC
A prestação do serviço de "Assessorar a administração na avaliação das ações necessárias no processo de preparação da CEDAE para o acesso ao mercado de capitais", não afetou a independência nem a objetividade na condução dos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

3. AGRADECIMENTOS
A diretoria executiva da CEDAE agradece ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho e ao excelentíssimo Senhor Vice-Governador e Coordenador Executivo dos Projetos e Obras de Infraestrutura do Estado, Luiz Fernando de Souza Pezão, representantes do acionista controlador da Companhia, e aos Senhores acionistas minoritários, representados nos colegiados pelos seus representantes legais, que a nós depositaram sua confiança na condução dos negócios.
Agradece, também, ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a todos os parceiros financeiros da CEDAE e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Caixa Econômica Federal - CEF, Fundo Estadual de Saúde - FES e o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM, pelos recursos aportados para a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão permanente dos serviços de saneamento disponibilizados pela Companhia.
Finalizando, esta diretoria externa seu reconhecimento à participação, dedicação e comprometimento de nossos colaboradores na condução das atividades em busca da melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro e às comunidades que vivem em sua área de concessão pela confiança depositada durante o ano.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Receitas		
De serviços de abastecimento de água e esgoto	3.320.549	3.516.026
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(713.918)	(534.668)
Outras receitas	35.696	151.081
	3.142.327	3.132.439
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais aplicados	(42.648)	(35.135)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(531.224)	(542.224)
Perda e recuperação de valores ativos	(418.443)	(547.149)
	(1.392.315)	(1.124.508)
	2.050.012	2.007.931
Valor adicionado bruto		
Depreciações/amortizações	(283.285)	(304.513)
Valor adicionado líquido produzido	1.766.727	1.703.418
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	224.581	150.203
Valor adicionado total a distribuir	1.991.308	1.853.621
Pessoal e encargos	739.674	655.858
Remuneração direta	804.867	435.347
Benefícios	90.219	187.367
FPGS	44.588	33.144
Impostos, taxas e contribuições	781.042	721.721
Federais	779.630	720.584
Estaduais	561	731
Municipais	851	406
Financiadores	307.600	664.059
Juros e variações cambiais	279.076	642.992
Aluguéis	28.524	21.077
Acionistas	38.710	
Dividendos obrigatórios	38.710	
Lucros retidos (prejuízos)	124.282	(188.027)
Distribuição do valor adicionado	1.991.308	1.853.621

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	375.324	46.778
Ajustes para reconciliação do lucro líquido	283.284	304.513
Depreciação e amortização	189.496	511.154
Juros passivos sobre parcelamentos	46.337	94.129
Juros e atualização monetária s/outras obrigações	40.563	
Perda com baixa de bens do imobilizado e intangível	57	1.317
Provisões para contingências	590.853	294.360
Passivo atuarial	119.418	396.240
Atualização monetária dos contas a receber (Nota 8)	(135.529)	
Receitas financeiras - Depósitos	(891)	
Anulいた REFIS IV	(4.085)	(123.649)
Recuperação de despesas REFIS IV	(13.798)	(64.575)
Recuperação de despesas e receitas fiscais	(3.824)	
Provisão para devedores duvidosos	713.918	534.668
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(9.233)	(2.409)
Atualizações de depósitos judiciais	(31.183)	(35.078)
	2.160.797	1.957.366
(Aumento) redução no ativo operacional		
Contas a receber de clientes	(720.380)	(635.729)
Estoques	(1.965)	(2.406)
Tributos a recuperar	14.604	(11.594)
Outras contas a receber	(2.428)	1.491
Depósitos e bloqueios judiciais	(169.644)	(24.105)
Outros créditos	(2.875)	(28.656)
Aumento (redução) no passivo operacional		
Empreiteiros e fornecedores	(137.137)	127.424
Salários a pagar	25.340	333
Consignações e contribuições a receber		2.924
Impostos e contribuições a receber	36.654	77.253
Parcelamento especial PAES/PAEX/REFIS IV	(59.881)	(130.413)
Outros parcelamentos	(27.913)	(81.132)
Provisões de encargos trabalhistas	1.022	5.349
Provisão para contingências	(208.817)	(208.801)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(261.292)	(243.549)
Outras contas a pagar	20.445	12.334
	(1.492.297)	(1.139.277)
Variações nos ativos e passivos		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	668.530	818.089
Imposto de renda e contribuição social pagos	(252.879)	(114.891)
Juros pagos	(183.581)	(47.419)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	232.070	655.779
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Intangível/Imobilizado	(4.151)</	

patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas dos balanços da Companhia. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados do pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável.

2.15 Benefícios a empregados
Obrigações de aposentadoria
Os custos com planos de pensão (PRECE I, II, III e CV), plano de assistência médica (CAC) e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

(a) Plano de benefício definido
O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (PRECE I, II e PRECE CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.
As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo e esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras ao plano.
A Companhia reconhece, de forma imediata em outros resultados abrangentes, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais.

(b) Plano de contribuição definida
Para o plano de contribuição definida (PRECE III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 20).
(b.1) Plano de contribuição variável (Plano PRECE CV)
O Plano PRECE CV surge da necessidade de se equacionar o Plano PRECE I, de caráter de Benefício Definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.
No Plano PRECE CV o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da Previdência Oficial.
A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.
O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado ou, sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

(c) Plano de assistência médica (CAC)
A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pré-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanecer trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.
(d) Prêmio de aposentadoria
A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente a proporção de tempo de serviço prestado a CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos na cláusula 13º do referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antes disso:
(i) 10 (dez) pisos salariais àquele que possua 30 (trinta) ou mais anos de serviço; e
(ii) Àquele que possua 10 (dez) ou mais anos e menos de 30 (trinta) anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.
A Companhia reconhece, de forma imediata em outros resultados abrangentes, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais.

2.16 Gastos ambientais
Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17 Reconhecimento da receita
Prestação de serviço - fornecimento de água e coleta de esgoto
As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não futuras, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre as mesmas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não futuras representam receitas incertas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.
A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.
Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções nas receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Impostos sobre receitas
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da COFINS - Contribuição para o Desenvolvimento da Seguridade Social de forma cumulativa - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributadas quando da liquidação das faturas.
Esses tributos são apresentados pelos seus valores brutos como dedução da receita bruta. Os débitos e os créditos fiscais decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas da demonstração do resultado.

(c) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.
2.18 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelo valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.
Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19 Apresentação de informações por segmento
Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa o que não permite uma análise segmentada desta natureza. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20 Demonstração do valor adicionado ("DVA")
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar das demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.
A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
(a) As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012 e podem ser relevantes para a operação da Companhia. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
(i) IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Como a Companhia já reconhece os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme estes ocorrem, a Administração estima que a adoção dessa alteração de norma não terá impactos significativos em suas demonstrações financeiras.
(ii) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia.
(iii) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9, emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010, substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a propensão de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
(iv) IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aproximar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
(v) O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
(vi) IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de conciliação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
(vii) O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.
4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas
A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo:
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 8.
A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas considerando uma variedade de fatores entre eles: a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.
(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão
A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com a Interpretativa Técnica ICPC 01 e CPC 04. A Companhia estima o valor de mercado das contribuições e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.
Ativos intangíveis de concessão, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 12.
Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao poder concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.
O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.
(c) Perda (impairment) estimada de ativos imobilizado e intangível
A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.
A avaliação do impairment dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do Contrato de Concessão, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de estimativas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.
A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de impairment (Nota 2.9). Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (11,2%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

	cenário I WACC -12,2%	cenário II WACC - 10,2%
Valor líquido dos ativos imobilizado e intangível	10.334.228	10.334.228
Fluxo de caixa descontado	10.464.859	14.578.427

Não foram identificadas evidências da necessidade de reconhecimento de impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
(d) Benefícios pós-emprego
O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.
A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.
Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobrir a vida útil dos ativos intangíveis a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.
Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 20.
Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós-emprego, considerando o incremento/redução em 1% na inflação e na taxa de desconto:

	cenário I WACC -12,2%	cenário II WACC - 10,2%
Valor líquido dos ativos imobilizado e intangível	10.334.228	10.334.228
Fluxo de caixa descontado	10.464.859	14.578.427

Não foram identificadas evidências da necessidade de reconhecimento de impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
(e) Benefícios pós-emprego
O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.
A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.
Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobrir a vida útil dos ativos intangíveis a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.
Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 20.
Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós-emprego, considerando o incremento/redução em 1% na inflação e na taxa de desconto:

	cenário I WACC -12,2%	cenário II WACC - 10,2%
Valor líquido dos ativos imobilizado e intangível	10.334.228	10.334.228
Fluxo de caixa descontado	10.464.859	14.578.427

	cenário I Inflação 5,5% e taxa de desconto atuária 9,4%	cenário II Inflação 3,5% e taxa de desconto atuária 7,4%
2012		
Obrigações atuariais	2.143.867	2.545.546
(Ganhos) perdas atuariais	164.400	556.080

Conforme mencionado na Nota 20, a Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2012 a tábua de mortalidade IBGE-2009. Até dezembro de 2011, a tábua utilizada era a AT-83, a qual foi alterada após estudo de aderência realizado pela Companhia no exercício de 2012. Caso a Companhia não tivesse alterado a tábua de mortalidade utilizada e mantivesse a AT-83, o passivo atuarial seria superior ao atualmente apresentado, no valor aproximado de R\$ 50.000.
(e) Provisões
A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 17. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.
(f) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para não recuperação feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseado nas vendas, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados.
A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

5 Gestão de risco financeiro
5.1 Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.
(a) Risco de mercado
Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.
A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.
A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
UPR (i)	155.522	173.572
TR (ii)	124.173	211.978
TR +6% (iii)	51.636	58.777
IGPM +6% (iii)		919
IGPM (iii)	16.839	36.357
UFIR (iv)		891
CDI + 2,2% (v)	83.333	
CDI + 2,9% (v)	418.899	470.299
IPCA + 8,5% (vi)	596.934	669.701

(i) UPR - Unidade Padrão de Referência.
(ii) TR - Taxa Referencial.
(iii) IGPM - Índice Geral de Preços.
(iv) UFIR - Unidade de Referência.
(v) CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.
(vi) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
(b) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:
(b.1) Clientes públicos
A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para débitos vencidos a mais de 180 dias de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais (Nota 8).
(b.2) Demais clientes
Vencia a uma base de clientes geograficamente dispersa. Na Legislação Estadual de Saneamento o devedor é o imóvel ocupado, portanto, todos os valores devidos são atrelados ao mesmo e caso estes não sejam liquidados, ficam imputados em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa do débito após a constatação da inexistência do mesmo por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.
(b.3) Exposição ao risco de crédito
A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço (Notas 6 a 8).
(c) Risco de liquidez
A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo federal e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (iii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2012 (i)					
Empréstimos e financiamentos	454.704	366.192	934.453	72.278	1.847.627
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	172.235	161.888	584.974	18.312	937.409
Empréstimos e fornecedores	164.001				164.001
Outras contas a pagar	46.008			21.775	67.783
Em 31 de dezembro de 2011 (i)					
Empréstimos e financiamentos	271.217	302.087	860.938	252.513	1.686.755
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	190.839	160.208	370.256	133.490	854.793
Empréstimos e fornecedores	292.165				292.165
Outras contas a pagar	23.039			314.831	337.870

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e parcelamentos.
(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em determinações da administração da Companhia. Conforme demonstrado no quadro acima e detalhado na Nota 14, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela administração, como a captação de recursos através do FIDC, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e, conseqüente alongamento dos prazos de pagamento.
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Concidente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando o uso de curto e de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.
Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total dos empréstimos (Nota 14)	1.378.861	1.528.838
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(90.986)	(17.493)
Dívida líquida	1.287.875	1.511.345
Total do patrimônio líquido	4.670.377	4.497.815
Capitalização total	5.958.252	6.009.160
Índice de alavancagem financeira - %	22	25

5.3 Estimativa do valor justo
A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:
• O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem comerciais e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. Esses preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.
Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos no nível 1.
• O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balanço) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.
• Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
• preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
• o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
• o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
• outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5.4 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, relacionados na Nota 5.5, se aproximam dos seus valores de mercado.
Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:
• Caixa e equivalentes de caixa
• Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.
• Empréstimos e financiamentos
As taxas de juros dos empréstimos contratados se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos é similar aos de mercado, inclusive com relação ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), cuja captação se deu no final do exercício de 2011 (Nota 14).
Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.
A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.
A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

5.5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2012			
Ativos ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até vencimento	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	
Ativos conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	64.610	26.376		
Títulos e valores mobiliários	84.313	30.048		
Contas a receber de clientes, líquido		940.247		
Depósitos judiciais		703.554		
Outros créditos		42.032		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos			1.378.861	
Empréstimos e fornecedores			164.001	
Outros parcelamentos				

5.6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo	90.986	17.493
Títulos e valores mobiliários	114.361	99.777
brAAA	205.347	117.270
Depósitos e bloqueios judiciais (brAAA)	703.554	515.416

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b. Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais.

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Bradesco	AAA	Aaa.br	brAAA
Banco do Brasil S.A.	BBB	A3	BBB
Caixa Econômica Federal		A3	
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Aaa.br	

5.7 Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução CVM nº 475/08, a fim de demonstrar os impactos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2013 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Cenário I

Instrumentos financeiros	Risco	31 de março de 2013		
		Provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	90.818	91.270	91.721
Passivo financeiro				
Banco do Brasil	TR	124.263	124.286	124.308
Caixa Econômica Federal	UPR	155.634	155.663	155.691
Debênture	CDI	85.025	85.447	85.870
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (1ª série)	CDI	427.401	429.526	431.652
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2ª série)	IPCA	604.635	606.935	608.935
Referências para passivos financeiros - Cenário I				
		Aumento da taxa em		
		25%	50%	
CDI - Trimestral	2,03%	2,54%	3,04%	
TR - Trimestral	0,07%	0,09%	0,11%	
UPR - Trimestral	0,07%	0,09%	0,11%	
IPCA - Trimestral	1,34%	1,68%	2,01%	

Cenário II

Instrumentos financeiros	Risco	31 de março de 2013		
		Provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	90.818	90.367	89.915
Passivo financeiro				
Banco do Brasil	TR	124.263	124.241	124.218
Caixa Econômica Federal	UPR	155.634	155.606	155.578
Debênture	CDI	85.025	84.602	84.179
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (1ª série)	CDI	427.401	425.275	423.149
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2ª série)	IPCA	604.635	604.934	600.934
Referências para passivos financeiros - Cenário II				
		Redução da taxa em		
		25%	50%	
CDI - Trimestral	2,03%	1,52%	1,01%	
TR - Trimestral	0,07%	0,05%	0,04%	
UPR - Trimestral	0,07%	0,05%	0,04%	
IPCA - Trimestral	1,34%	1,01%	0,67%	

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Recursos em banco e em caixa	26.376	16.141
Depósitos bancários de curto prazo	64.610	1.352
	90.986	17.493

Abaixo apresentamos a composição das aplicações em fundos de investimentos financeiros

Fundos de investimentos e aplicações	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fundo de Investimentos Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo (*)	13.215	305
Fundo de Investimentos Caixa Econômica Federal		520
Fundo de Investimentos Fidelidade II Caixa Econômica Federal	3.680	
Fundo de Investimentos Itaú GCV PPD1	3	4
Banco do Brasil fundo Investimentos FIC Excelência 33 (*)	825	134
Fundo de Investimentos Bradesco Invest Plus	40.135	
Fundo de Investimentos Bradesco Gov	6.348	
Demais aplicações	403	389
Circulante	64.610	1.352

(*) Fundos exclusivos

A Companhia possui o fundo de investimento exclusivo Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo composto por cotas do Fundo de Investimento Caixa TPF Soberano Renda Fixa Longo Prazo, aberto a outros cotistas. A carteira do fundo exclusivo Banco do Brasil Fundo Investimento FIC Excelência 33, é composta exclusivamente por cotas do BB Top Governo Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo, aberto a outros cotistas. A Companhia classificou seus fundos de investimentos como caixa e equivalente de caixa, pois os seus recursos são utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações, sendo considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, exceto os recursos dados em garantia (Nota 7). Os ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

7 Títulos e valores mobiliários - Não circulante

Fundos de investimentos e aplicações	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fundo de investimentos Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo	24.402	22.806
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE - Quotas Subordinadas (Nota 14-(c))	84.313	76.971
Aplicação FIDC	5.646	
	114.361	99.777

O montante de R\$ 24.402 (R\$ 22.806 em 31 de dezembro de 2011) é composto exclusivamente por quotas do Fundo de Investimento Caixa TPF Soberano Renda Fixa Longo Prazo, aberto a outros cotistas e foram dados como garantia de contrato de locação, cujo vencimento é de prazo indeterminado. O valor de R\$ 84.313 (R\$ 76.971 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à aquisição de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE. A carteira do respectivo fundo é composta de aplicações em títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro) (Nota 2.11). As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, no exercício de 2012 totalizaram R\$ 13.275 (R\$ 76.477 em 2011) (Nota 25 (b)).

8 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes	8.142.315	8.093.277
Parcelamento de débitos (a)	281.029	239.604
	8.423.344	8.332.881
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.929.483)	(7.083.930)
Consumo a faturar (b)	493.861	1.248.951
	446.386	354.494
Contas a receber de clientes, líquidas	940.247	1.803.445
Parcela circulante	932.896	822.420
Parcela não circulante (c)	7.351	781.025

(a) Parcelamento de débitos refere-se a saldos renegociados de clientes. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre a totalidade do saldo do cliente que possui qualquer das parcelas de seu contrato de renegociação inadimplente. O saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2012 sobre o saldo de parcelamento de contas é de R\$ 174.739 (2011 - R\$ 129.269).
(b) Consumo a faturar refere-se a serviços prestados até o encerramento do exercício, cuja medição será realizada pela Companhia no mês subsequente.
(c) O valor refere-se a parcelamento de longo prazo do parcelamento de créditos a receber do nosso cliente Supervia - Trens Urbanos com provisão de término para 2014.

8.1 Créditos junto aos Municípios

(a) **Rio de Janeiro**
Em 28 de setembro de 2012, a Companhia promoveu, com o Município do Rio de Janeiro, encontro de contas envolvendo a compensação dos seguintes valores:
(i) Baixa dos valores históricos do saldo de contas a receber em atraso no montante de R\$ 220.575 referentes ao período de janeiro de 1993 a julho de 2012. Esse contas a receber foi acrescido de R\$ 135.429 correspondente a atualização monetária, juros e multa reconhecido no resultado do exercício na rubrica receitas financeiras (Nota 25(b)), e totalizou R\$ 368.350.
(ii) Reembolso à CEDAE de perdas no montante de R\$ 11.490 referentes a custas e acordos judiciais sobre o esgotamento sanitário na área da AP-5 reconhecido no resultado do exercício na rubrica outras receitas e despesas operacionais (Nota 26(c)).
(iii) Baixa de valores a pagar, anteriormente reconhecidos pela CEDAE, relativos a dívidas de IPTU e autos de infração no montante de R\$ 317.360 (Nota 19).
(iv) Liquidação de repasses da CEDAE ao Município no montante de R\$ 67.940, registrado em fornecedores, referentes ao esgotamento sanitário na área da AP-5 do período de junho de 2011 a julho de 2012.
(v) Reembolso da CEDAE ao município de pagamentos de contas de água e esgoto efetuados em duplicidade no montante de R\$ 4.070, reconhecido no resultado do exercício na rubrica outras receitas e despesas operacionais.
(vi) O crédito remanescente do Município perante a CEDAE no valor de R\$ 21.775 será objeto de nova repactuação entre as partes.
(b) **Demais Municípios**
Para os 35 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$ 40.800 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 35.897), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída para os débitos em aberto acima de 180 dias no montante de R\$ 72.894 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 56.557). A Companhia forneceu como garantia para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC - CEDAE), os valores de recebíveis futuros das

economias abrangidas pelo Município do Rio de Janeiro, excetuada a Área de Planejamento 5 (AP-5) que compreende 21 bairros da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Os valores arrecadados pela Companhia na região da AP5 correspondem a receita pertencentes ao Município do Rio de Janeiro e são repassados na sua totalidade ao Município, líquido dos impostos incidentes.

8.2 Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

O Estado e a CEDAE celebraram contrato de Encontro de Contas em 06 de agosto de 2007, por meio do qual reconheciam ser, em um só tempo, devedor e credor, tendo a CEDAE quitado sua dívida perante o Estado, permanecendo, no entanto, como credora do Estado referente a faturas de serviço não pagas ao longo dos últimos anos. Tal débito reconhecido pelo Estado se encontrava registrado no balanço patrimonial da CEDAE.
Em 19 de setembro de 2012 a Companhia promoveu, com o Estado do Rio de Janeiro, renegociação dos saldos a receber em aberto, cujos valores foram posteriormente revisados, tendo gerado o 2º Termo Aditivo assinado em 27 de dezembro de 2012 e o 3º Termo Aditivo assinado em 15 de março de 2013. Os valores base para essa renegociação, de acordo com o 3º Termo, correspondem a:
• Baixa dos valores históricos do saldo de contas a receber decorrente da prestação de serviços de água em atraso até junho de 2012 no montante de R\$ 508.036 e;
• Baixa dos valores históricos do saldo acumulado de contas a receber até 31 de agosto de 2012, decorrente da cessão de funcionários cedidos para outros órgãos da administração estadual no montante de R\$ 25.172.
O Estado do Rio de Janeiro reconheceu no Termo Aditivo final a quantia devida de R\$ 533.211 a efetuará a quitação do respectivo débito através da realização da decisão em pagamento para a CEDAE de bens e obras relativos ao tratamento de água orçadas em R\$ 532.797. O saldo restante, no montante de R\$ 5.811 será motivo de futura renegociação.
Em 31 de dezembro de 2012, as obras que estão sendo efetuadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para quitação da dívida estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "obras em andamento" no intangível (Nota 12).

	Valor total da obra	Valor faturado/incorrido da obra (Nota 12)	Saldo	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(2.006)	11.924	setembro de 2013
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoá e Itaipuçu	62.385	(19.776)	42.609	setembro de 2013
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.016	(16.973)	2.045	junho de 2013
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(81.964)	147.362	março de 2014
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Outros	226.136		226.136	dezembro de 2014
	532.797	(100.719)	432.078	

Considerando que a quitação da respectiva dívida se dará através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia aliado ao fato do histórico recente de obras recebidas do Estado, a administração considera provável tanto a finalização quanto o recebimento das obras no prazo de cinco anos estabelecido no acordo.

Com o referido Encontro de Contas assinado em 19 de setembro de 2012 e demais aditivos, as obras que o Governo do Estado venha a executar no futuro e que não estejam incluídas na relação acima serão consideradas como cessão não onerosa de uso e, consequentemente, não serão consideradas como intangível da Companhia, descontinuando o procedimento de registro dos bens recebidos em contrapartida a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Sendo assim, a Companhia baixou parte parcelas dos ativos intangíveis registrados em contrapartida ao saldo remanescente de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), registrados em suas demonstrações financeiras naquele momento.

8.3 Créditos junto aos Órgãos Federais

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para os débitos dos órgãos federais vencidos há mais de 180 dias no valor de R\$ 75.567 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 96.360).

8.4 Composição de contas a receber de clientes por idade

A composição por idade dos valores a receber brutos e líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2012	%	31 de dezembro de 2011	%
A vencer	313.879	3,72	277.995	3,34
Vencidas até 30 dias	136.058	1,62	132.670	1,59
Vencidas de 31 a 60 dias	108.525	1,29	110.563	1,33
Vencidas de 61 a 90 dias	82.476	0,98	102.639	1,23
Vencidas de 91 a 180 dias	315.820	3,75	289.995	3,48
Vencidas mais de 180 dias	7.466.586	88,64	7.419.019	89,03
	8.423.344	100	8.332.881	100
	31 de dezembro de 2012	%	31 de dezembro de 2011	%
A vencer	139.030	14,78	148.727	9,28
Vencidas até 30 dias	135.476	14,41	132.669	8,27
Vencidas de 31 a 60 dias	107.975	11,48	110.563	6,90
Vencidas de 61 a 90 dias	81.955	8,72	102.639	6,40
Vencidas de 91 a 180 dias	29.425	3,13	21.720	1,35
Vencidas mais de 180 dias	0	0	732.633	45,69
Valores a faturar	446.386	47,48	354.494	22,11
	940.247	100	1.603.445	100

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia adota o seguinte critério para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

- Saldos vencidos há mais de 90 dias, junto a terceiros e;
- Saldos vencidos há mais de 180 dias junto a órgão administração pública, incluindo o Governo Estadual e o Município do Rio de Janeiro. (Em 31 de dezembro de 2011, não era constituída provisão para o Município, considerando a dívida que a Companhia tinha com o Município, que compensavam os valores a receber. Quanto ao Governo do Estado, também não era efetuada provisão para os valores a receber, com base em acordo assinado com o Estado que se comprometia a transferir recursos ou realizar doação de bens relacionados ao objeto social da Companhia). A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

A agregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2011 e 2012, encontra-se detalhada a seguir:

	Município			Administração Pública		2011
	Federal	Estadual	do RJ	Municípios	Terceiros	
A vencer	2.668	1.146	3.082	87	271.012	277.995
Vencidas até 30 dias	2.636	3.149	2.134	1.195	123.356	132.670
Vencidas de 31 a 60 dias	350	2.258	2.688	1.132	104.135	110.563
Vencidas de 61 a 90 dias	231	2.950	2.427	1.108	95.923	102.639
Vencidas de 91 a 180 dias	776	9.368	8.138	3.438	268.275	289.995
Vencidas há mais de 180 dias	96.360	481.173	254.061	89.853	6.487.572	7.419.019
Total em 31 de dezembro de 2011	103.221	500.044	272.530	96.613	7.360.273	8.332.881

	Município			Administração Pública		2012
	Federal	Estadual	Municípios	Terceiros	Total	
A vencer	3.055	1.942	4.892	303.990	313.879	
Vencidas até 30 dias	3.248	7.828	4.977	120.007	136.058	
Vencidas de 31 a 60 dias	2.366	6.033	4.404	95.732	108.525	
Vencidas de 61 a 90 dias	1.463	2.714	2.860	75.439	82.476	
Vencidas de 91 a 180 dias	4.175	17.081	9.561	285.003	315.820	
Vencidas há mais de 180 dias	75.567	35.617	110.539	7.244.863	7.466.588	
Total em 31 de dezembro de 2012	89.862	71.215	137.233	8.125.034	8.423.344	

Segue abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(6.352.557)
Ajuste no valor justo da receita (*)	(196.705)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 24)	(718.006)
Reversão de provisão (Nota 24)	183.338
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.083.930)
Ajuste no valor justo da receita (*)	(131.635)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 24)	(894.620)
Reversão de provisão (Nota 24)	180.702
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(7.929.483)

(*) Refere-se a faturamento de 2012 efetuado com base em estimativas e que não se realizaram subsequentemente. Esse montante é registrado a crédito da provisão para crédito de liquidação duvidosa em contra partida às receitas brutas do exercício.

9 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda retido na fonte (a)	11.653	15.909
Contribuição social retida na fonte (a)	2.502	5.297
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	2.587	21.403
Imposto de renda a recuperar	13.355	5.288
CSLL a recuperar	3.989	
COFINS a recuperar (i)	4.071	1.676
PASEP a recuperar (ii)	3.628</	

11 Transações com partes relacionadas
(i) Transações e saldos
A Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, possuía os seguintes saldos com o seu acionista controlador, o Estado do Rio de Janeiro e órgãos relacionados:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
(+) Ativo		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	71.215	500.044
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	6	15.949
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro	432.073	3.533
Adiantamento ao Controlador (g)	12.204	
	<u>515.503</u>	<u>519.526</u>
(-) Passivo		
Mutuo com o Controlador	(3.499)	
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)		(278.473)
INEA - Instituto Estadual do Ambiente (Nota 21)	(15.790)	(22.902)
PRECE - Previdência Complementar (e)	(1.097.939)	(928.073)
CAC - Caixa de Assistência dos Servidores (e)	(599.283)	(564.459)
	<u>(1.716.511)</u>	<u>(1.793.907)</u>
Saldo líquido	<u>(1.201.008)</u>	<u>(1.274.381)</u>
(+) Resultado		
Serviços de abastecimento de água e esgoto (d)	108.259	83.300
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(35.617)	
Passivo atuarial (Nota 20)	(119.418)	(398.240)
INEA - Instituto Estadual do Ambiente (f)	(22.693)	(25.465)
	<u>(33.852)</u>	<u>(338.405)</u>
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas atuariais) - PRECE e CAC (Nota 20)	(346.752)	(118.558)

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados (Notas 8.2).
(b) Valores a receber por cessão de funcionários são valores a receber relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais (Notas 10 a)).
(c) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro de obras de saneamento básico contratadas pela CEDAE. Em 4 de junho de 2012 foram capitalizados a totalidade dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 22(a)).
(d) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros (Nota 8).
(e) Os saldos do Passivo Atuarial com a PRECE - Previdência Privada e CAC - Caixa de Assistência aos servidores, estão devidamente demonstrados na Nota 20.
(f) Refere-se a valores pagos ao INEA pela retirada do água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.
(g) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro para o estado do Rio de Janeiro para execução através da SEOBRAS, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do estado, alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, sendo que esses ativos serão transferidos a Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e financeira celebrado entre o estado e a Companhia em 20 de abril de 2011.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração
O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Salários e encargos sociais	5.125	4.647
Planos de aposentadoria e pensão	39	71
Outros benefícios pós-emprego - CAC	326	321
Outros	42	41
	<u>5.532</u>	<u>5.080</u>

12 Intangível

	Líquido			
	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contratos em negociação	290.749	(27.270)	263.479	514.938
Contratos programas	212.897	(19.329)	193.568	198.262
Contratos concessão	966.171	(118.004)	848.167	868.650
Município do Rio de Janeiro	5.290.257	(474.652)	4.815.605	4.943.125
Intangíveis não afetados	4.332.425	(471.221)	3.861.204	3.730.306
Licenças de uso de software	3.916	(1.519)	2.397	3.196
Obras em andamento	349.808		349.808	282.390
	<u>11.446.223</u>	<u>(1.111.995)</u>	<u>10.334.228</u>	<u>10.540.867</u>

	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011
	Adições(*)	Baixa	Amortização	Transferências	
Intangíveis decorrentes de					
Contratos em negociação	771.909		(12.335)	(244.636)	514.938
Contratos programas	204.284		(5.126)	(896)	198.262
Contratos concessão	688.234		(39.461)	219.877	868.650
Município do Rio de Janeiro	4.587.996		(130.000)	485.129	4.943.125
Intangíveis não afetados	3.772.456		(111.912)	69.762	3.730.306
Licenças de uso de software	3.916		(720)		3.196
Obras em andamento	718.417	94.526 (1.317)		(529.236)	282.390
	<u>10.747.212</u>	<u>94.526 (1.317)</u>	<u>(299.554)</u>		<u>10.540.867</u>

	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2012
	Adições(*)	Baixa	Amortização	Transferências	
Intangíveis decorrentes de					
Contratos em negociação	514.938		(6.562)	(244.877)	263.479
Contratos programas	198.262		(4.894)		193.568
Contratos concessão	868.650	13	(27.930)	7.434	848.167
Município do Rio de Janeiro	4.943.125	542 (5)	(130.999)	2.942	4.815.605
Intangíveis não afetados	3.730.306	703 (26)	(109.804)	240.025	3.861.204
Licenças de uso de software	3.196		(799)		2.397
Obras em andamento	282.390	100.719 (27.777)		(5.524)	349.808
	<u>10.540.867</u>	<u>101.977 (27.808)</u>	<u>(280.808)</u>		<u>10.334.228</u>

(*) As adições ocorridas no exercício totalizaram R\$ 101.977 (R\$ 95.526 em 2011), sendo R\$ 100.719 (R\$ 95.526 em 2011) realizadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como forma de quitação da dívida conforme detalhado na Nota 8.2 e R\$ 1.258 realizadas com recursos próprios.

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, tratamento e destino final de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao município ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia operava em 64 municípios no estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período da concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim divididos:
(i) Contratos em negociação para renovação
O intangível representa os bens envolvidos na prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos em 64 municípios. Até dezembro de 2012, encontram-se, em fase de negociação 9 contratos de concessão com os municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil líquido do intangível utilizado nestes municípios totaliza R\$ 263.479 em 31 de dezembro de 2012 e os encargos de amortização desses municípios em 2012 foram de R\$ 6.582. Os contratos de concessão preveem que os bens afetados à distribuição serão revertidos ao Município no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato. A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de negociação dos Contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE. (Nota 2.7.2)

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados
Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da nova Lei nº 11.445/2007, que têm por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, onde a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens.

(iii) Contratos de concessão
Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao Município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

(iv) Município do Rio de Janeiro
No Município do Rio de Janeiro foi celebrado um Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte deste Termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem qualquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá esta obrigação até o término do referido termo, previsto para 2057. Os bens estão sendo amortizados pela vida útil.

(v) Intangíveis não afetados às concessões (adutores e outros)
As peculiaridades que envolvem o negócio da CEDAE, já que possui um amplo e complexo sistema, necessário à execução dos serviços prestados, fazem com que exista distinção de colocação sobre a reversão dos bens afetados, que são relacionados diretamente à distribuição aos municípios. O sistema de adução, captação e tratamento são integrados, principalmente nos grandes centros urbanos, atendendo às várias localidades simultaneamente, não havendo, portanto, a possibilidade de todo esse complexo ser revertido ao município, pois inviabilizaria a continuidade na prestação dos serviços que é o negócio da Companhia. A amortização é calculada de acordo com o método linear que considera a vida útil dos bens.

(vi) Intangíveis em andamento
Os intangíveis em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$ 113.270 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 50.575), sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$ 236.532 (2011 - R\$ 231.808) e materiais a distribuir R\$ 6 (2011 - R\$ 6).

(vii) Reavaliação
A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 37 e pelo IFRS 1, mantendo assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$ 154.762 (2011 - R\$ 162.803) do ajuste de avaliação patrimonial, registrados em contrapartida da conta de lucros (prejuízos) acumulados, deduzidos dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.434.210 (2011 - R\$ 2.513.935) (Nota 18).

13 Imobilizado

	Valor líquido				
	Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Uso geral					
Terrenos		56.607		56.607	56.607
Edificações	4	17.425	(3.948)	13.477	14.114
Instalações	10	24	(1)	23	
Máquinas e equipamentos	10	8.136	(4.952)	3.184	2.223
Móveis e utensílios	10	16.969	(5.104)	10.865	10.960
Computadores	20	7.424	(4.851)	2.573	2.260
Veículos	20	6.313	(6.207)	106	141
Beneficiários	2	186	(97)	89	92
Máquinas, tratores e similares	20	681	(301)	380	516
Ferramentas	10	1		1	1
		<u>113.766</u>	<u>(26.461)</u>	<u>87.305</u>	<u>86.914</u>

As movimentações do ativo imobilizado durante o exercício de 2012 e de 2011 estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011
	Aquisição	Baixa Custo	Baixa Depreciação	Depreciação	
Imobilizado de uso - Bens de uso geral	89.951	1.922	(4.959)		85.914
	<u>86.914</u>	<u>2.893 (751)</u>	<u>736</u>	<u>(2.477)</u>	<u>87.305</u>

A depreciação realizada no exercício e apresentada nesta movimentação não possui efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de PASEP e Cofins baseados nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

(a) Ativos dados em garantia
A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros. Adicionalmente, o financiamento junto à Caixa Econômica Federal, destinado a obras de saneamento básico, tem como garantia a receita de tarifa de água e esgoto.

(b) Imóveis pendentes de regularização
Conforme apresentado no laudo de avaliação dos bens (exercício base 2006), a Companhia possui a posse de 638 imóveis, no valor de R\$ 164.970 e de 375 terrenos no valor de R\$ 61.116, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia.
Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$ 226.086. (Informações não auditadas).

14 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	Vencimento	Taxa
Banco do Brasil S.A. - Refinanciamento (a)	124.173	211.978	2014	10% a.a + TR + 1% a.m. 10% a.a + TR
Caixa Econômica Federal - água e esgoto (b)	155.522	174.168	2021	7 a 12% a.a + UPR/TR
FIDC - Fundo de Direitos Creditórios (c)	1.015.833	1.142.692	2017	1ª Série: CDI + 2,9% a.a 2ª Série: IPCA + 8,5% a.a
Debêntures (d)	83.333		2017	CDI + 2,2% a.a
	<u>1.378.861</u>	<u>1.528.838</u>		
Parcelas do circulante	255.107	227.293		
Parcelas do não circulante	<u>1.083.754</u>	<u>1.301.545</u>		
	<u>1.378.861</u>	<u>1.528.838</u>		

Os empréstimos e financiamentos foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre os mesmos as taxas de juros demonstradas acima.
As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas dos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2013		258.526
2014	259.857	260.321
2015	273.179	253.543
2016 em diante	<u>550.718</u>	<u>529.155</u>
	<u>1.083.754</u>	<u>1.301.545</u>

(a) Banco do Brasil S.A.
A origem desta dívida está datada em março de 1994, quando foi feito refinanciamento de dívidas antigas junto à CAIXA, tendo a Secretaria do Tesouro Nacional como Credor e o Banco do Brasil o Agente Financeiro. A referida dívida não é de cunho bancário e sim de assunção de débitos com a Secretaria de Tesouro Nacional - STN, no âmbito da Lei nº 8.727/93, na qual foi inserida a reestruturação das dívidas das empresas estatais, inclusive as empresas de saneamento.

Desde outubro de 2003, a CEDAE vem questionando judicialmente (processo nº 2003.34.00.026835-3 da 5ª Vara Federal de Brasília) o indexador de correção do saldo da dívida. Também, a partir da mencionada data, a Companhia suspendeu o pagamento do saldo devedor e passou a efetuar depósitos judiciais mensais no valor de R\$ 2.100 até março de 2009. A partir do mês de abril de 2009, a Companhia passou a efetuar pagamentos mensais da dívida. O saldo remanescente de R\$ 95.604 relativo aos depósitos judiciais corrigidos até agosto de 2011 foram levantados pelo Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil S.A., por determinação judicial e foi utilizado na amortização da dívida acumulada e atrasada junto aquela instituição financeira. Em dezembro de 2011 a Companhia cedeu judicialmente as parcelas vencidas do financiamento no montante de R\$ 1.990.091, sendo parcialmente através de recursos captados pela operação do FIDC (Fundo de Direitos Creditórios) no montante de R\$ 1.140.000 e o saldo remanescente de R\$ 850.091, com recursos próprios. A ação judicial continua em curso e a expectativa da Companhia é de ter sucesso no pleito de pelo menos.

A ação judicial ainda está em primeira instância, com perspectiva de trêmes até solução definitiva por pelo menos mais 4 (quatro) anos.
(b) Caixa Econômica Federal
Os valores a pagar a Caixa Econômica Federal são atualizados pela Unidade Padrão de Referência - UPR, fator de atualização interno da Caixa Econômica Federal.

(c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE
A fim de solucionar pendência financeira junto ao Tesouro Nacional, a Companhia constituiu em dezembro de 2011 um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) CEDAE em parceria com os sete bancos nacionais, no valor de R\$ 1.140.000. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC CEDAE possui como característica básica, a cessão dos recebíveis dos clientes do município do Rio de Janeiro, excluídos os recebíveis de parte da Zona Oeste da cidade, denominada Área de Planejamento 5 (AP-5). Do total desta carteira de recebíveis, que representa aproximadamente 80% (oitenta por cento) das receitas mensais da Companhia, são utilizados em torno de R\$ 24 milhões para fazer frente aos pagamentos mensais das amortizações do FIDC.

O Fundo possui diversos eventos de liquidação que, se acionados, provocam uma "aceleração" dos pagamentos das amortizações das cotas seniores aos investidores, representados, conforme regulamento, por uma multiplicação do valor mensal destas amortizações de 2,5 vezes, elevando aquele valor para aproximadamente R\$ 60 milhões.

O Fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em 25 de junho de 2017. A primeira emissão de cotas seniores foi realizada em 23 de dezembro de 2011 com prazo de amortização para 66ª (sexagésimo sexto) mês a partir da data da subscrição.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.100.146 (R\$ 1.216.203 atualizadas para 31 de dezembro de 2011), composta por 1.140.000 quotas seniores, detidas por terceiros (investidores), no valor de R\$ 1.015.833 (R\$ 1.140.000 atualizadas para 31 de dezembro de 2011), representando 94% do patrimônio do fundo e, 76.200 quotas subordinadas no valor de R\$ 84.313 adquiridas pela Companhia (cedente), atualizadas para 31 de dezembro de 2012, (R\$ 76.911 atualizadas para 31 de dezembro de 2011 - Nota 7), representando 6% do patrimônio do fundo.

A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.
O custo dessa operação totalizou R\$ 27.878 e será amortizado pelo prazo de vigência do FIDC (Nota 10).

(d) Debêntures
Objetivando captar recursos para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia, a CEDAE emitiu, em 15 de fevereiro de 2012, 100 debêntures não-conversíveis, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, partilhando um total de R\$ 100.000. A emissão foi realizada por meio de uma oferta pública com esforços restritos em conformidade com o disposto na instrução CVM 476.

Em garantia das obrigações relativas à operação, foi constituído penhor sobre os direitos creditórios de titularidade da CEDAE, presentes e futuros, referentes à prestação de serviços da Companhia nos municípios atendidos no Estado do Rio de Janeiro excluídos os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo e Rio de Janeiro com exceção dos bairros integrantes da Área de Planejamento 5 (AP-5). Em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da CEDAE aprovou a estruturação da 3ª emissão de debêntures da Companhia, cuja liquidação ocorreu no dia 04 de fevereiro de 2013.

A operação visa à obtenção de recursos no montante de R\$ 150.000 por meio da modalidade de oferta pública denominada, pela Comissão de Valores Mobiliários (Instrução 476/09), como de esforços restritos. Os recursos captados serão utilizados para capital de giro da Companhia. A referida operação terá um prazo de amortização de 53 (cinquenta e três) meses com vencimento em 20 de junho de 2017 e remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Dlover extra giro - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescido de um spread de 1,69% ao ano.

A operação tem um prazo de amortização de 60 (sessenta) meses com vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

15 Obrigações fiscais

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e contribuição social (a)		
ISS a recolher	198.740	235.989
IRRF e CSLL a recolher	6.054	4.414
Contribuições trabalhistas a recolher	11.232	10.967
PASEP e COFINS a recolher (b)	19.388	18.552
Outros	86.901	50.876
	<u>433</u>	<u>486</u>
	<u>322.748</u>	<u>321.094</u>

(a) Corresponde aos valores a pagar de imposto de renda e contribuição social referente aos 3º e 4º trimestres de 2012, acrescidos de juros e multas referente aos valores já vencidos de competência do 3º trimestre de 2012, no valor de R\$ 16.335.

(b) Refere-se a valores não recolhidos até 31 de dezembro de 2012 de competência dos meses de setembro, novembro e de dezembro de 2012 esta sendo atualizado na forma legal em seus registros contábeis.

16 Parcelamento especial - PAES, PAEX e Parcelamento Ordinário

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante e não circulante		

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Plano de benefícios - PRECE (a)	472.661	249.787
Divida Prece (*)	625.276	678.286
	1.097.937	928.073
Plano de assistência - CAC (b)	599.283	564.459
Prêmio aposentadoria (c)	43.536	41.320
	1.740.756	1.533.852
Circulante	146.712	146.095
Não circulante	1.594.044	1.387.757
	1.740.756	1.533.852

(*) Parte do saldo refere-se a dívidas contratadas com os planos de benefícios definidos, totalizando R\$ 525.277 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 31.269 dos Planos PRECE I e II e R\$ 594.011 do Plano CV (R\$ 678.286 em 31 de dezembro de 2011 dos Planos PRECE I e II).

(a) A PRECE administra os planos de benefícios previdenciários PRECE I, PRECE II, PRECE III e PRECE CV, sendo os planos PRECE I, PRECE II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo PRECE CV estão estruturados na modalidade de Benefício Definido e na modalidade Contribuição Definida os Planos PRECE III e CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

Participantes	2011		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
PRECE I	1.515	1.310	1.492
PRECE II	1.303	550	1.336
PRECE III	212		
PRECE CV	3.136	1.573	2.603
			2012
Participantes	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
PRECE I	1.474	1.351	1.462
PRECE II	5	556	309
PRECE III	212		
PRECE CV	3.002	1.581	1.118

Plano PRECE I

O Plano PRECE I está determinado na modalidade Benefício Definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (CAC, Prece e Cedae), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 35 (trinta e seis) últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento. Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 (quinze) anos de filiação à PRECE, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estar aposentado pelo INSS e 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição para mulheres e homens, respectivamente. O Plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 (vinte e um) anos de idade. Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou o equacionamento do déficit do Plano PRECE I (Análise Técnica nº 488/CGTA/DITEC/ PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do Plano.
- Alteração dos regulamentos dos Planos PRECE I e II, ambos na modalidade de "benefício definido, de modo a facultar o saídamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saídamento), aposentados e pensionistas para um novo plano denominado "Plano PRECE Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$ 559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011 foi encerrado o período de migração dos Planos de Benefício Definido para o novo Plano CV com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a PRECE e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA, para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, desta forma, encontra-se suspensa a cobrança da contribuição extraordinária e empregados remanescentes no Plano BD - PRECE I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$ 507.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2012 a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da PRECE, determinou que a emissão de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$ 29 milhões que corresponde a parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2012.

Plano PRECE II

Este plano de Benefício Definido possui todas as regras idênticas ao plano PRECE I e foi criado para complementar a renda do PRECE I, ultrapassando o teto seu limite.

Este Plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano PRECE CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos Planos de Origem (Prece I e II).

O plano Prece CV tem como patrocinadoras a CEDAE, CAC e a PRECE. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: Renda Vitalícia, Renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, Renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Neste plano o participante possui uma conta individual (exceto a Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção por Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do Plano de Origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever como dependente a pessoa que guarda relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, pode-se resgatar o valor registrado em sua conta pessoal mais o montante de 0,25% por mês da conta Patronal. Este plano está fechado para novas adesões.

O participante que migrou com opção por Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do Plano de Origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever como dependente a pessoa que guarda relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, pode-se resgatar o valor registrado em sua conta pessoal mais o montante de 0,25% por mês da conta Patronal. Este plano está fechado para novas adesões.

Plano PRECE III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade contribuição definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Plano exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Neste tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria. O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 (vinte e quatro) anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 (dez) anos de vinculação ao plano, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste jofa, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação. Em caso de desligamento, pode-se resgatar o valor registrado em sua conta pessoal mais o montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30 (trinta).

Outras informações
As reservas a amortizar (provisões matemáticas a constituir) referem-se às taxas extraordinárias temporárias dos Planos PRECE I e II. Em 15 de dezembro de 2011 foi assinado o termo de segundo aditivo, repactuando o prazo para equacionar o saldo devedor (R\$ 67.926) em 19 parcelas, tendo sido paga a 1ª parcela, em 15 de fevereiro de 2012. As referidas parcelas são atualizadas pela variação do INPC.

Participantes	2011	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial CAC	20.076	6.208
Participantes	2012	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial CAC	15.794	10.249

(b) **Caixa de Assistência aos Servidores - CAC**
A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE CAC administra o plano assistencial destinados aos empregados da CEDAE, PRECE, CAC e seus dependentes dos exercícios de 2011 e 2012.

(c) **Prêmio de aposentadoria**
O prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 5.172 (2011 - 5.526) participantes (Nota 2.15(d)). As contribuições da Companhia para o fundo totalizam:

	2011	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Plano de benefícios (PRECE)	61.419	42.265
Plano de benefícios (PRECE) - amortização da dívida	135.250	133.600
Plano de assistência (CAC)	63.671	60.707
Prêmio aposentadoria	952	835
	261.292	237.407

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.328.244	1.972.156
Valor justo dos ativos do plano	(587.488)	(438.306)
Passivo atuarial líquido	1.740.756	1.533.852

A movimentação do passivo atuarial pode ser assim demonstrada:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	1.533.852	1.664.296
Custo do serviço corrente	6.116	44.188
Juros sobre obrigações atuariais	190.091	251.927
Rendimento esperados dos ativos	(58.776)	(80.378)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	348.780	(250.297)
Contribuições da patrocinadora	(261.292)	(237.106)
Contribuições dos participantes	(18.013)	(15.365)
Aumento do Plano de Benefício	156.585	
Em 31 de dezembro	1.740.756	1.533.852

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de Benefício - PRECE	Plano de Assistência CAC	Prêmio aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2010	2.112.974	641.945	42.110	2.797.029
Custo do serviço corrente	17.823	24.166	2.199	44.188
Juros sobre obrigações atuariais	181.744	65.138	5.045	251.927
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(117.532)	(100.168)	(7.199)	(224.899)
Benefícios pagos	(156.030)	(66.622)	(835)	(156.030)
Contribuições da patrocinadora				(67.457)
Redução do plano de benefício	(672.600)			(672.600)
Em 31 de dezembro de 2011	1.366.379	564.459	41.320	1.972.158
Custo do serviço corrente	4.288		1.828	6.116
Juros sobre obrigações atuariais	131.432	54.473	4.186	190.091
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	310.446	44.021	(2.847)	351.620
Benefícios pagos	(127.118)	(63.671)	(952)	(191.741)
Em 31 de dezembro de 2012	1.685.427	599.282	43.535	2.328.244

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de Benefício - PRECE	Plano de Assistência CAC	Prêmio aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.132.731			1.132.731
Rendimento esperado dos ativos	60.197			60.197
Ganho atuarial dos ativos do plano	19.484			19.484
Redução para o Plano CV	(829.185)			(829.185)
Contribuições da patrocinadora	175.565	60.707	952	237.224
Contribuições dos participantes	15.542			15.542
Benefícios pagos	(156.028)	(60.707)	(952)	(217.687)
Em 31 de dezembro de 2011	438.306			438.306
Rendimento esperado dos ativos	58.776			58.776
Ganho atuarial dos ativos do plano	2.841			2.841
Contribuições da patrocinadora	196.669	63.671	952	261.292
Contribuições dos participantes	18.013			18.013
Benefícios pagos	(127.118)	(63.671)	(952)	(191.742)
	587.487			587.487

O rendimento real dos ativos foi de R\$ 29.232 (R\$ 31.523 em 31 de dezembro de 2011). A composição dos ativos dos planos e como segue:

	2012	2011
Títulos públicos federais	129.673	125.064
Fundos de investimento	136.827	40.524
Títulos privados	59.030	31.811
Renda variável	65.193	71.196
Empréstimos e financiamentos	178.542	130.292
Outros ativos	18.223	38.519
	587.487	438.306

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Desta forma a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial. Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	6.116	44.188
Juros sobre obrigações atuariais	190.091	251.927
Rendimento esperado dos ativos	(58.776)	(80.197)
Contribuições dos participantes	(18.013)	(15.545)
Redução do plano benefício (*)		195.867
	119.418	396.240

Reconhecido no resultado (Nota 26)

(*) inclui parcela revertida do resultado abrangente para o resultado.

	2012	2011
Saldo inicial dos ganhos(perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 01 de janeiro	(116.558)	(307.307)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE	(307.604)	137.015
Redução do plano PRECE		38.755
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - CAC	(44.021)	100.168
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Prêmio de aposentadoria	2.847	7.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	118.584	(92.388)
Total dos ganhos(perdas) atuariais no exercício do resultado abrangente	(230.195)	190.749
Total dos ganhos(perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 31 de dezembro	(346.752)	(116.558)

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da Avaliação Atuarial (valores em milhares de reais):

	Valor final com acréscimo de 1%		Valor final com decréscimo de 1%	
	Obrigações	(Ganho)/Perda	Obrigações	(Ganho)/Perda
PRECE	1.540.205	162.382	1.858.192	480.369
CAC	562.844	7.583	640.730	65.468
Prêmio de aposentadoria	40.814	(5.566)	46.624	242
	2.143.864	164.400	2.545.546	556.079

A Companhia utilizou para os cálculos atuariais no exercício findo em 2012 a tabela de mortalidade geral IBGE 2009, após a realização de estudo de aderência, pois concluiu ser esta a mais adequada à massa de participantes. Tal alteração gerou um ganho atuarial de R\$ 49.022 quando comparada com a tabela de mortalidade geral, AT-83, utilizada no exercício findo em 2011.

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos Planos: PRECE, CAC e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - PRECE		
	assistência - CAC	Prêmio aposentadoria	
Taxa de desconto ao ano - %	8,4	8,62	8,64
Taxa de retorno de ativos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento salarial - %	0,73	0,73	0,73
Inflação - %	4,5	4,5	4,5
Fator de pico - %	3,82	3,82	3,82
Fator capacidade	0,98	0,98	0,98
Hipóteses demográficas			
Tabua de Mortalidade	IBGE - 2009 (ambos os sexos)	IBGE - 2009 (ambos os sexos)	IBGE - 2009 (ambos os sexos)
Tabua de Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tabua de entrada de invalidez	Ligh Forte desagradada em 5 anos	Ligh Forte desagradada em 5 anos	Ligh Forte desagradada em 5 anos
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Composição familiar - ativos (*)	90% casados, sendo o homem 4 anos mais velho que mulher	90% casados, sendo o homem 4 anos mais velho que mulher	90% casados, sendo o homem 4 anos mais velho que mulher
Composição familiar - assistidos (*)	Família Real	Família Real	Família Real

(*) Exceto no PRECE III, onde se utiliza o grupo familiar informado pelo participante na data de concessão do benefício.

21 Outros parcelamentos

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
LIGHT		12.342
Ind. Antarctica do Sudeste (a)	53.094	53.494
Prefeitura de Rio das Ostras		11.789
Condomínio Shopping Center da Barra (b)	51.636	58.777
INEA - Instituto Estadual do Ambiente (c)	15.790	22.902
Cia - Distribuidora de Gás do RJ (d)	16.839	36.357
Sintsama - Acordo indenização coletiva trabalhista (e)	70.431	
Sintsama - Acordo honorários sucumbência ação coletiva trabalhista (e)	3.000	
Sintsama - Acordo honorários advocatícios contratuais (e)	15.199	
Demais parcelamentos	27.203	26.804
	253.192	222.465
Circulante	112.778	117.059
Não circulante	140.414	105.406
	253.192	222.465

(a) **Indústria Antarctica do Sudeste**
Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de taxa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecido mensalmente a Indústria Antarctica do Sudeste

(b) **Parcelamento em acordo Judicial**
A Companhia, através da ação civil nº 2001.001.124.449-6 da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital, interposta pelo Condomínio do Shopping Center da Barra (Barra Shopping), foi condenada a pagar o montante atualizado de R\$ 80.835 pela cobrança indevida de tarifa de esgoto e também pela progressividade aplicada na tarifa de água. No contexto desta ação foi firmado o acordo judicial que reduziu a dívida para R\$ 78.000 que está sendo atualizada anualmente, tendo como base os mesmos índices e critérios utilizados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, acrescida de juros de 6% (seis por cento) a.a, após o decurso do primeiro ano da vigência do acordo. A dívida está sendo paga em 90 parcelas, mensais e sucessivas, tendo sido a primeira paga no ato da homologação do acordo judicial (21 de janeiro de 2009), no valor de R\$ 837 e as demais na importância de R\$ 867.

(c) Lucro por ação
Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2012. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2012. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação, considerando os efeitos do grupamento de ações conforme descrito no item (b), retroativos ao exercício de 2011.

2011	Ordinárias	Preferenciais	Total
Número de ações	182.538.038	49.834.363	232.417.401
Número de ações equivalentes de ações ordinárias	182.538.038	52.824.425	235.407.436
Lucro atribuível (R\$)	(145.834.548)	(42.192.452)	(188.027.000)
Lucro por ação (R\$)	(0,79873)	(0,84665)	Não aplicável

2012	Ordinárias	Preferenciais	Total
Número de ações	250.130.923	250.130.923	
Número de ações equivalentes de ações ordinárias	250.130.923		250.130.923
Lucro atribuível (R\$)	162.993.000		162.993.000
Lucro por ação (R\$)	0,65163		Não aplicável

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	162.993	(188.027)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	250.131	235.407

Lucro básico por ação	2012	2011
	0,65163	(0,79873)

Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2012	2011
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	162.993	(188.027)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias s emitidas - milhares	162.993	(188.027)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	250.131	235.407
Lucro diluído por ação	250.131	235.407
	0,65163	(0,00044202)

(d) Dividendos propostos
O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária da ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal.

	31 de dezembro de 2012
Lucro líquido do exercício	162.993
(-) Reserva legal - 5%	(8.150)
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 0,15476 por ação)	154.843
	38.710

(e) Reserva de capital
É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2012 é composto de R\$ 2.037 de doações de redes de águas de esgoto, R\$ 3.869 do programa Habitar Brasil e R\$ 8.058 do programa Ação Social de Saneamento.

(f) Reserva legal
É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial
A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do exercício que em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 154.762 (R\$ 162.603 em 31 de dezembro de 2011) e pelos ganhos e perdas atuariais no montante de R\$ 230.194 sendo estes líquidos dos impostos diferidos.

(h) Reserva de retenção de lucros
Em 31 de dezembro de 2012, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 141.592 a reserva de retenção de lucros, objetivando a realização dos gastos previstos no orçamento da Companhia, preparado por sua Administração. Essa proposta será encaminhada para aprovação da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em XX de abril de 2013.

23 Receita
A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receita bruta de serviços	3.820.549	3.516.025
Impostos sobre receita de serviços	(373.282)	(348.758)
Receita líquida	3.447.267	3.167.268

24 Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

(a) Custo dos serviços prestados

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas de pessoal	(474.374)	(469.512)
Despesas com material	(55.007)	(39.147)
Serviços de terceiros	(411.260)	(438.756)
Despesas gerais	(941)	(946)
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	(283.285)	(304.513)
Crédito Cofins/Pasep - Depreciação	4.304	3.151
	(1.221.563)	(1.249.723)

(b) Despesas comerciais

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas de pessoal	(47.854)	(43.941)
Despesas com material	(88)	(25)
Serviços de terceiros	(10.118)	(1.745)
Despesas gerais	(561)	(407)
Acordo judicial	(6.002)	(2.951)
Provisão líquida da reversão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(713.918)	(534.668)
	(778.541)	(583.737)

(c) Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas de pessoal	(231.481)	(207.934)
Despesas com material	(6.534)	(11.349)
Serviços de terceiros	(92.810)	(76.758)
Despesas gerais	(19.885)	(18.402)
	(350.810)	(314.443)
Quantidade total de funcionários	6.727	6.873

25 Receitas (despesas) financeiras

(a) Despesas Financeiras

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (a)	(189.496)	(511.154)
Juros passivos (b)	(55.856)	(82.535)
Multas, juros e acréscimos moratórios (c)	(33.285)	(36.515)
Outras despesas	(6.865)	(13.971)
	(285.502)	(644.175)

(a) A redução dos juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos deve-se ao pagamento das parcelas vencidas da dívida junto ao Banco do Brasil com recursos captados pelo FIDC (Nota 14) em dezembro de 2011.

(b) Valores referentes a juros e multas sobre parcelamentos tributários.

(c) Valores referentes a juros e atualizações monetárias pelo pagamento em atraso das obrigações tributárias

(b) Receitas financeiras

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Rendimentos de aplicação financeiras (Nota 6)	13.275	76.477
Juros auferidos	13.913	10.840
Atualização monetária	31.992	34.614
Atualização monetária - encontro de contas Município (Nota 8)	135.529	
Descontos obtidos e bonificações	1.473	408
Multas por imputualização	14.526	13.681
Outras Receitas (a)	13.873	14.185
	224.581	150.203

(a) Refere-se à atualização monetária sobre parcelamentos a emitir registrados no contas a receber e sobre os créditos relativos ao encontro de contas com o município do Rio de Janeiro (Nota 8)

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Anistia REFIS IV (a)	4.085	123.649
Recuperação REFIS IV (b)	13.798	64.575
Demais receitas operacionais	22.185	36.187
Ressarcimento de despesas (c)	11.490	
Reversão de provisões (d)	19.212	7.049
Recuperação de despesa e receita fiscais	3.824	
	74.594	231.480

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para contingências e passivos fiscais (Nota 17(b))	(590.853)	(294.360)
Provisão para perda de ativos	(1.871)	(2.433)
Reversão (constituição) de passivo atuarial, líquido (Nota 20)	(119.418)	(306.240)
Despesas fiscais	(2.899)	(2.438)
Outras provisões	(397)	(6.433)
Outras despesas	(19.264)	(8.173)
	(734.702)	(710.077)
Outras receitas (despesas) operacionais	(860.106)	(478.617)

(a) Em janeiro de 2012, a Secretária da Receita Federal do Brasil - RFB homologou através do mandado de segurança nº 0010559-51-2011.4.02.5101 a consolidação do débito NFLD nº 49.904.748-6 no REFIS IV o que proporcionou para Companhia uma receita não tributável da ordem de R\$ 4.085 originado da redução de multa e juros conforme estabelecido no art. 3º da Lei 11.941/09 (Nota 16). O valor de R\$ 123.649 registrado em 30 de setembro de 2011 refere-se a perdas de juros e multas relacionada ao programa de anistia do REFIS IV.

(b) A Companhia vinha atualizando o saldo devedor do parcelamento sobre uma base ainda não consolidada, por conta da homologação por parte da Receita Federal do Brasil - RFB, mencionada no item anterior. Em 2012, a Companhia procedeu ao estorno da parcela do saldo devedor correspondente ao excesso do atualizações.

(c) Refere-se ao ressarcimento recebido pela Companhia de perdas no montante de R\$ 11.490 referentes a custas e acordos judiciais sobre o esgotamento sanitário na área da AP-5 definido no encontro de contas com o Município do Rio de Janeiro (Nota 8, 1.a.1iv).

(d) O valor registrado nesta rubrica refere-se à reversão de R\$ 3.068 de provisão de licença prêmio, R\$ 8.668 de provisão com perda ADOR e R\$ 7.476 reversão com provisão de PIS e Cofins referente a órgãos públicos.

27 Seguros
A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias Seguradas
Responsabilidade civil geral	20.000
Riscos operacionais	
Danos materiais	56.000
Lucros cessantes	17.298
	93.298

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

28 Eventos subsequentes
(a) Convênio entre CEDAE e AGENERSA
Conforme disposto no Decreto Estadual nº 43.982, de 11 de dezembro de 2012, a CEDAE ficará, a partir de agosto de 2015, submetida à fiscalização e regulação de suas atividades por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), incluindo-se nesta competência a definição da primeira revisão tarifária da Companhia. Durante este período ficou definido que os reajustes tarifários utilizarão a metodologia de fluxo de caixa descontado.

Wagner Granja Vitor DIRETOR PRESIDENTE	
Renato Prates Rodrigues DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Marco Antônio Feijó Abreu DIRETOR DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
Jair Otero Peixoto DIRETOR DE ENGENHARIA	Jorge Luiz Ferreira Briand DIRETOR DE PRODUÇÃO E GRANDE OPERAÇÃO
Heleno Silva de Souza DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR	
Marcello Barcellos Motta DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA	
Orlando Eduardo Bezerra CONTADOR - CRC/RJ 43030-1	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,
1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.
2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da PRICEWATERHOUSECOOPERS - Auditores Independentes, datado de 10 de abril de 2013. Exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito no parágrafo 7 do parecer dos auditores independentes, o referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.
3. Adicionalmente, destacamos que a companhia vem utilizando de forma consistente, desde 31 de dezembro de 2010, a contribuição dos participantes e da patrocinadora aumentada em 4,3 vezes em relação à contribuição anterior para fins de cálculo do passivo atuarial, com vistas ao equacionamento do déficit atuarial. Entretanto, no Junho do Trabalho, em junho de 2011, suspendeu os descontos e majoração de contribuições extraordinárias e em 2012 a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da PRECE, determinou que a entidade efetuaesse provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A companhia contestou a decisão alegando que as chances de perda são avaliadas como possíveis, mantendo em seu passivo circulante, provisão de R\$ 29 milhões referente apenas à parcela sob sua responsabilidade. As demonstrações financeiras não incluem ajustes em virtude dessa incerteza.
4. O Conselho Fiscal opina que o referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

LEONEL CARVALHO PEREIRA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL CIC 624.523.717-34	Rio de Janeiro, 10 de abril de 2013. CESAR AUGUSTO ALVES BRAGA PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL CIC 338.695.887-72	FRANCISCO DE OLIVEIRA PENA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL CIC 022.211.607-20
--	--	---

RELATÓRIO E PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Imos, Srs. Membros do Conselho de Administração da CEDAE

Disposições Institucionais e Regimentais:
O Comitê de Auditoria da CEDAE é um órgão consultivo, que atua no assessoramento da Administração da Companhia. O Comitê foi constituído conforme disposição do Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, e atualmente é composto por 03 (três) membros independentes, os Senhores Antonio Miguel Fernandes, João Aidemir Dornelles, e Roberto Pinho Dias Garcia.

3. Conclusão e Parecer:
Os membros do Comitê de Auditoria da CEDAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 5º de seu Regimento Interno, procederam à análise e revisão dos pareceres dos auditores independentes e dos relatórios anuais da Administração relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, republicados por força da necessidade da realização de ajustes para solução de pendências objeto da ressalva nos pareceres dos auditores independentes anteriormente existentes, procedimento que faz parte da preparação da Companhia para a Oferta Pública de Ações ("IPO") de sua emissão em mercado nacional e estrangeiro.
Considerando as informações prestadas pela contabilidade e administração da Companhia, bem como pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, os membros do Comitê de Auditoria que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração, e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Extraordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/75).

João Aidemir Dornelles	Antonio Miguel Fernandes	Roberto P. Dias Garcia
------------------------	--------------------------	------------------------

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2013

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como os Relatórios dos Auditores Independentes - PRICEWATERHOUSECOOPERS, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2012, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2012 e, por seus membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Wagner Granja Vitor - Vice-Presidente	Regis Velasco Fichtner Pereira - Presidente	Renato Prates Rodrigues - Membro
Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro	Sidney Levy - Membro	Rodrigo Tostes Salom de Pontes - Membro
Paulo Cesar Ripper Nogueira - Membro	Representante dos Acionistas Minoritários	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.º 33.352.394/0001-04, com sede na Av. Presidente Vargas, 2655 - Edif. - Cidade Nova - RJ, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, Incisos V e VI, da Instrução CVM n.º 480 de 07 de Dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Eng.º Wagner Granja Vitor Diretor-Presidente	Renato Prates Rodrigues Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores	Marco Antônio Feijó Abreu Diretoria de Projetos Estratégicos
Jair Ottero Peixoto Diretoria de Engenharia	Jorge Luiz Ferreira Briand Diretoria de Produção e Grande Operação	Heleno Silva de Souza Diretoria de Distribuição e Comercialização do Interior
	Marcello Barcellos Motta Diretoria de Distribuição e Comercialização Metropolitana	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Diretor-Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, 2655 - Edif. Cidade Nova - RJ, CNPJ n.º 33.352.394/0001-04, em atendimento aos Incisos V e VI, da Instrução CVM n.º 480 de 07 de Dezembro de 2009, declaram que

1. reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEDAE relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2012;
2. reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEDAE, referente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2012;

Eng.º Wagner Granja Vitor Diretor-Presidente	Renato Prates Rodrigues Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores	Marco Antônio Feijó Abreu Diretoria de Projetos Estratégicos
Jair Ottero Peixoto Diretoria de Engenharia	Jorge Luiz Ferreira Briand Diretoria de Produção e Grande Operação	Heleno Silva de Souza Diretoria de Distribuição e Comercialização do Interior
	Marcello Barcellos Motta Diretoria de Distribuição e Comercialização Metropolitana	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras da acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Esses normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da apresentação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva
Conforme apresentado na Nota 17, em 30 de novembro de 2012 foi lavrado um auto de infração, cujo objeto principal é a tomada de créditos de PASEP e COFINS, decorrente de lançamentos de despesas de prestação de serviços e outras despesas não operacionais, referentes aos anos-calendários de 2006 a 2010, sendo que não há detalhamento sobre a origem de aproximadamente R\$ 77 milhões desses créditos (R\$ 150 milhões acrescidos de multa e juros). Como consequência, não foi possível aplicarmos procedimentos adicionais de auditoria que nos permitissem concluir sobre a necessidade de constituir provisão total ou parcial sobre a referida atuação em 31 de dezembro de 2012.

Opinião
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota 20 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência da aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC de um novo regulamento para o seu plano de aposentadoria na modalidade de benefício definido para fins de equacionamento do déficit atuarial até então existente, a Companhia vem utilizando de forma consistente, desde 31 de dezembro de 2010, a contribuição dos participantes e da patrocinadora aumentada em 4,3 vezes em relação à contribuição anterior para fins de cálculo do seu passivo atuarial. No entanto, em junho de 2011, a Justiça do Trabalho suspendeu os descontos e majorações dessas contribuições extraordinárias e em 2012 a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da PRECE, determinou que a entidade efetuaesse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$ 29 milhões que corresponde a parcela sob sua responsabilidade com relação as contribuições extraordinárias e aguarda o julgamento do recurso contestando a suspensão dessa majoração, considerando, com base na opinião de seus advogados, que as chances de perda são avaliadas como possível, e que as modificações efetuadas atendem aos requisitos legais e respaldam a Legislação Previdenciária que regulamenta as atividades das entidades de Previdência Complementar. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstrações

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2012

Responsabilidade Social e Ambiental
Nova CEDAE: empresa que produz saúde e promove a melhoria da qualidade de vida do cidadão fluminense
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
Prezado leitor,
Nos últimos anos, conquistamos inúmeros prêmios no âmbito socioambiental que nos valeram reconhecimento nacional. Esse prestígio não foi alcançado por acaso: implementamos ao longo dos anos, projetos de conscientização sobre a importância da preservação e do uso racional da água. Destacamos um momento positivo para a companhia com a assinatura de vários contratos entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal durante a Conferência das Nações Unidas. Esses contratos garantirão um serviço de melhor qualidade com a ampliação do abastecimento de água na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, o que promoverá uma melhor qualidade de vida para os nossos clientes daquela região.
Esses contratos beneficiarão também a região do Complexo do Alemão onde os trabalhos serão voltados para o empolamento sanitário das comunidades, com cerca de 580 mil habitantes da Zona Norte, com o destino adequado para os esgotos da comunidade.
Adicionalmente, destacamos um conjunto de obras inauguradas em todo o Estado, tanto em água potável como esgoto sanitário. O município de São Gonçalo, que tem a segunda maior população do Estado do Rio de Janeiro, foi beneficiado com a entrada em carga de dois importantes reservatórios, Marques Maneta e Colubandê, além da implantação de expressiva malha de troncos e distribuidores que atendem a mais de 200 mil habitantes de 23 bairros. O Sistema Imunana-Laranjal, responsável pelo abastecimento não só de São Gonçalo, mas também de Niterói e Pacueta, sofreu importante intervenção, passando a produzir 6,1 m³/s, um acréscimo de 50% em relação à produção de 2011. Destacamos ainda o empreendimento controlado pelo Estado, na ordem de R\$ 800 milhões, captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a ser aplicado na continuidade do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, que será cenário dos Jogos Olímpicos de 2016.
Neste ano, ampliamos e modernizamos o nosso Centro de Controle Operacional (CCO). Esse centro possui mais de 1.800 parâmetros de controle monitorados on-line, dentre eles, pressão, vazão, nível e status de equipamentos, e ainda opera e controla todo o Sistema Adutor de Água do Grande Rio, 24 horas por dia. Com técnicos treinados, o CCO tornou-se uma poderosa ferramenta para o equilíbrio do sistema de abastecimento e para a identificação de problemas, como por exemplo, vazamentos de grande porte. Válvulas operadas à distância permitem uma operação segura e ágil, isolando o sistema a tempo, enquanto turmas altamente treinadas para reparos de grande complexidade são acionadas e rapidamente atuam para eliminar o problema.
No que se refere à questão ambiental, em linha a nossa crescente preocupação com ações sustentáveis, vimos investindo em pesquisa e desenvolvimento para o aproveitamento dos resíduos gerados nos nossos processos de produção, como por exemplo, a usina piloto de biodiesel, biogás e biodiesel existentes na ETE-Alegria. Os efluentes das estações de tratamento dos esgotos cada dia mais são utilizados como água de reúso, em uma demonstração de cuidado e atenção aos recursos hídricos. Da mesma forma, a ETE Penha permanecerá num crescente fornecimento de água de reúso à Companhia de Limpeza Urbana do Município do RJ (Comlurb) e a ETE Alegria se torna um provedor de água de reúso para diversos empreendimentos, como o Porto Maravilha.
Com ações educativas e de responsabilidade socioambiental, nos orgulhamos do nosso Programa Replantando Vida, que visa cuidar do reflorestamento das margens dos Rios Guandu e Macacu, e cultivar mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, com a utilização de mão de obra de apenados por meio do convênio firmado com a Fundação Santa Cabrini.
Preservar a água, bem essencial à vida humana, é um desafio. Educar as futuras gerações é a estratégia correta para conscientizar o cidadão e respeito da necessidade do uso racional dos recursos naturais de forma equilibrada e sustentável. Para isso, trabalhamos continuamente no Programa CEDAE Educação Ambiental, com escolas e comunidades, distribuindo cartilhas educativas sobre o saneamento e promovendo passeios que abordam questões de preservação ambiental, principalmente à conscientização sobre uso racional da água.
Diversas ações socioambientais foram realizadas no decorrer do ano de 2012, seja no âmbito interno ou externo da companhia, dentre as quais apresentamos neste relatório aos nossos acionistas, clientes, colaboradores e cidadãos em geral, aquelas que acreditamos terem contribuído para a planeta mais sustentável.
Wagner Granja Victor
Diretor-Presidente

Atividades Sociais e Ações Ambientais Realizadas no Exercício de 2012

1. Sociedade
1.1 Capacitação e Inclusão
1.1.1 Projeto Replantando Vida – Ressocialização de Detentos
O projeto tem por objetivo promover a ressocialização e reinserção dos apenados dos regimes aberto e semiaberto do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho. Os apenados realizam suas atividades na manutenção das mudas já plantadas na Mata Atlântica às margens dos rios Guandu e Macacu, bem como, na recuperação dos mangues no entorno da Estação de Tratamento de Esgoto da Alegria (ETE Alegria) e também na Mata da Serra de Inhoíba na Zona Oeste. Esses profissionais recebem curso de formação de Agente Ambiental de Reflorestamento ministrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Além dessas atividades, as internas trabalham na confecção de uniformes, sendo produzidas neste período, 9.940 peças de variados tipos para compor os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para uso das equipes operacionais da companhia e atuaram no auxílio da produção de 28.000 peças utilizadas no Projeto Botinho, Colônia de Férias do Corpo de Bombeiros e 5.000 bolsas para a Feira da Sambódromo. Além dos uniformes para o efetivo operacional, aguadeiros e divulgadores no Carnaval do São-Bonô. A partir de 2012, a companhia passou a contar de forma integral com esses trabalhadores nas frentes de limpeza e conservação das suas unidades preciais, liberando assim, a mão de obra terceirizada contratada para essas tarefas.
Esse projeto já qualificou mais de 2.000 apenados e terminou este ano com 252 apenados em atividade, recebendo remuneração mensal de um salário mínimo nacional e auxílio transporte. Os responsáveis por supervisionar os grupos de trabalhos nos diversos setores da companhia, que contam com a mão de obra carcerária, afirmam ser positiva a participação dos apenados na execução dos trabalhos propostos.
1.2 Parcerias
1.2.1 Educação Ambiental
A companhia mantém abertos para visitas os sistemas de tratamento de água do Guandu e Imunana-Laranjal, assim como as Estações de Tratamento de Esgoto da Alegria e da Barra da Tijuca. Neste período foram realizadas 13.348 visitas, sendo 9.603 do ensino fundamental, 3.136 do nível médio, 468 do nível superior e 141 de cursos de pós-graduação. Todas as visitas foram realizadas por meio de 291 escolas do Ensino Fundamental, 100 de Ensino Médio e 39 faculdades em cursos de nível superior e pós-graduação. Em cada visita é distribuído material educativo sobre saneamento e meio ambiente e são desenvolvidas palestras pelos nossos técnicos a respeito do tratamento da água e coleta tratamento e destino adequado para os esgotos.
1.2.2 Projeto "Nova CEDAE: Parte da minha família"
O projeto consiste em um programa de visita através do qual os filhos dos nossos colaboradores conhecem o local de trabalho dos pais e visitam uma de nossas unidades como a ETA-Guandu e ETE-Alegria.
O projeto atualmente beneficia apenas os filhos dos colaboradores lotados na sede da empresa e acontece sempre em período de férias escolares. Como a procura foi grande, há previsão para, em médio e longo prazo, as visitas serem estendidas para outras unidades da companhia.
Durante a visita são apresentadas palestras, vídeos e desenhos animados sobre o uso racional da água e a preservação do meio ambiente tais como coleta seletiva, economia de água e cuidados com as redes de água e esgotos. O material educativo demonstra como é realizada a coleta de esgoto, seu encaminhamento até a ETE-Alegria, além do processo de reaproveitamento do esgoto e dos resíduos gerados no tratamento.
Este ano as visitas aconteceram nas usinas de produção de biocombustíveis e adubos da ETE-Alegria, que utilizam resíduos extraídos do esgoto. Adicionalmente foi apresentado o projeto de reaproveitamento da água de reúso para o abastecimento futuro do Comperj.
Neste período, o projeto possibilitou a visita de 139 crianças e adolescentes com idade entre 4 a 15 anos.
1.2.3 Assistência a Menores Adolescentes
Com o objetivo de proporcionar formação profissional aos jovens com idade entre 14 e 24 anos, a companhia manteve neste período o Programa Jovem Aprendiz em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e em conformidade com a legislação pertinente trazida pelo Decreto Federal nº5. 598 de 01 de dezembro de 2005. O programa desde seu início já atendeu 329 jovens, sendo que desses, 101 foram contratados em 2012.
Como pré-requisito, o jovem deve ter completado ou estar cursando o Ensino Fundamental ou Médio. O programa proporciona também formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, com aplicação e supervisão de atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho nas áreas administrativa, financeira e de informática.
Nesse período os aprendizes receberam remuneração mensal de um salário mínimo regional, auxílio refeição, vale transporte, para uma carga laboral de 30 horas semanais entre curso de capacitação e prática no local do trabalho, com registro em carteira de trabalho como primeiro emprego pelo CIEE com direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), PIS e seguro de vida.
A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC), alinhada com os objetivos sociais da companhia, também mantém convênio com o CIEE e possui em seu quadro 11 jovens que realizam suas atribuições laborais nos setores de teleatendimento, financeiro, apoio logístico, e nos departamentos médico-social, credenciamento e auditoria médica.
Da mesma forma, a Prace – Previdência Complementar, em convênio com o CIEE, manteve em seu quadro 12 jovens contratados para atuarem nas áreas de contabilidade, jurídica, economia e atuária. Nesse período a companhia recebeu o prêmio CIEE/RIO de Responsabilidade Social em sua 4ª edição pelas ações sociais praticadas para jovens e adolescentes estudantes.
1.2.4 Inclusão Social da Deficiência Física
A companhia mantém contrato com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência Física (IBDD), cujo objetivo é disseminar junto à população a questão da deficiência em busca de uma nova postura da sociedade sobre a deficiência em nosso país.
A companhia, com sua visão a respeito das questões relativas à deficiência, mantém em seu quadro 100 colaboradoras por meio do contrato com o IBDD, e pode observar que os trabalhos realizados em nossas agências comerciais, (atendimento a clientes) proporcionaram bons resultados, pois os colaboradores apresentaram ótima aptidão na execução de suas tarefas, além de um alto nível de dedicação e comprometimento com o trabalho e com a população em geral. Esses colaboradores cumprem jornada de trabalho de oito horas diárias e recebem em média R\$ 1,2 mil de remuneração mensal, vale transporte e participação em plano de saúde.
Neste período, os 100 profissionais participaram, junto com os demais colaboradores da companhia, de cursos com módulos comportamentais e técnicos.
A Prace-Previdência Complementar, aliada com a postura da companhia frente à questão da inclusão do deficiente, manteve nesse período em seu quadro de colaboradores 4 deficientes.
1.2.5 Apoio às Atividades Promovidas pela Fundação Abrinq
A Fundação tem por objetivo a educação infantil, a garantia do acesso ao ensino fundamental e médio, bem como a promoção de vidas saudáveis por meio do pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes participantes do projeto, proporcionando a construção de uma sociedade mais justa. Em 2012, a companhia continuou parceira da fundação visando à continuidade do projeto.
1.3 Tarifa Social
A tarifa social possibilita melhor qualidade de vida aos nossos clientes de baixa renda, uma vez que pode representar uma economia de até 40% no valor das tarifas de água e esgoto.
Nesse período foram beneficiados 1.204.000 habitantes com a tarifa social de R\$ 1,58/m³ para o consumo de água e coleta de esgoto, sendo R\$ 19,06 o valor mensal máximo da conta.
A nossa política de tarifa social e de baixa renda já beneficia 76 comunidades contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Unidades Pacificadoras (UPP's), criadas no âmbito da Região Metropolitana do Município do Rio de Janeiro. Ainda aliado a essas ações, a companhia mantém o Termo de Cooperação com a Federação das Associações de Pais e Amigos Excepcionais do Estado do Rio de Janeiro (FEDAPES - RJ) e com a Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro (FEASPE - RJ) que isenta ambas as instituições da tarifa do água e esgotos nas unidades onde estas associações realizam suas atividades em todo o estado. Esses órgãos promovem e articulam ações voltadas para os direitos das pessoas com deficiência, promoção à saúde para envelhecimento saudável, apoio à família, trabalho na comunidade e inclusão escolar e no trabalho.
A cooperação proporcionou, neste período, benefício a 153.429 pessoas atendidas pela FEDAPES-RJ e 11.215 pela FEASPE-RJ.
1.4 Ouvidoria Geral – Aproximação com a Sociedade
No desempenho de suas competências, a Ouvidoria da companhia tem buscado continuamente atuar como um agente catalisador, promotor de mudanças e não apenas como uma área de intermediação, fortalecendo assim a relação entre a sociedade e a companhia no exercício da cidadania, atuando principalmente perante os problemas potenciais causadores de insatisfação e assegurando que a sociedade tenha voz ativa no processo decisório da companhia. Em 2012, nossa ouvidoria realizou 19.276 atendimentos, sendo 7.545 por meio de telefones, 6.124 por documentação, 3.742 presenciais, 1.207 por notificações da Comissão de Defesa do Consumidor, 378 por e-mails e 280 atendimentos originados da ouvidoria do Ministério Público, sendo neste período 65% dos atendimentos concluídos, 26% pendentes e 9% de reincidências.
A companhia disponibiliza a "Central de Atendimento ao Surdo (CAS)" com o objetivo de atender aos deficientes que utilizam telefones especiais com teclado e visor, além do Call Center e de uma linha 0800 vinculada diretamente à Ouvidoria que registrou 493.261 atendimentos.
1.5 Programa PEP-CEDAE
O Programa de Ensaio de Providência funciona como uma ferramenta de monitoramento e promoção da qualidade metrológica dos laboratórios do setor de saneamento e meio ambiente, além de ser um elemento facilitador para a implantação de sistemas de garantia de qualidade. O programa segue as recomendações da ABNT/ISO/IEC Guia 43-1, ensaios de proficiência por comparações interlaboratoriais. É o maior da América Latina no ramo da qualidade por proficiência e o único com gratuidade. Em 2012, participaram do programa 11 laboratórios da companhia, 14 das nossas congêneres, 61 externos de diversos estados brasileiros e 2 laboratórios do Buenos Aires/Argentina. Neste período, nossos laboratórios realizaram 1.146.735 análises de controle físico, químico e microbiológico de água e 54.043 análises físico-químicas de esgotos realizadas nas estações de tratamento de esgotos, 1.340 no projeto de água de reúso da ETE- Penha, e 1.820 na planta piloto do projeto Água de Reúso para o COMPERJ realizado na ETE – Alegria.

2 Público Interno
2.1 Programa de Readaptação Profissional
O programa proporciona a transferência de nossos colaboradores que perderam sua capacidade laboral por motivo de acidente ou doenças. Respeitando as suas limitações, a companhia promove internamente a readaptação para que os colaboradores realizem suas tarefas em outras funções, em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já passaram pelo processo de readaptação 211 colaboradores, sendo 95 readaptados com certificado emitido pelo INSS, 11 em readaptação, 53 aposentados por invalidez e 52 desligados do programa.
2.2 Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)
O programa é realizado pela Caixa de Assistência Médica (CAC) que promove o atendimento dos nossos colaboradores com problemas de alcoolismo ou outras drogas, que são submetidos a abordagens e orientações do serviço social, com visitas hospitalares e domiciliares, com o tratamento seriado e procedimentos de avaliações psicodérgicas e fonoaudiológicas, ambulatorial, domiciliar e fisioterapias domiciliares. Em 2012, foram atendidos pelo PROPAD 29 colaboradores que passaram por mais de uma modalidade de tratamento, sendo 17 encaminhamentos para internação em clínica especializada, 14 para tratamento ambulatorial especializado, 4 para acompanhamento de psicoterapia, 1 para avaliação psiquiátrica e 1 encaminhamento para grupo de ajuda mútua.
2.3 Desenvolvimento
2.3.1 Treinamentos
Não decorre deste período, foram realizados 175 cursos e seminários específicos nas áreas administrativa, gerencial, jurídica, comercial e segurança do trabalho, alcançando o total de 3.166 colaboradores participantes e carga horária de 47.678 horas. Os cursos foram ministrados em parceria com diversas instituições tais como SENAI, SESI, SENAC, CEPERJ, TCE e IDEMP.
2.3.2 Estágios
Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a companhia mantém o programa de estágios objetivando oferecer oportunidades aos estudantes dos níveis médio e universitários, em conformidade com a legislação vigente, o que possibilita complemento no processo de aprendizado próprio das atividades profissionais, capacitando-os tecnicamente e proporcionando o desenvolvimento sócio-cultural do estagiário para a qualificação profissional. Neste período, ingressaram no programa 139 estagiários, sendo 51 de nível médio e 88 de nível superior, recebendo bolsa auxílio, auxílio refeição e auxílio transporte, com duração do estágio de 6 meses prorrogáveis de acordo com o interesse das partes. Neste período, a companhia investiu o montante de R\$ 724 mil nesta ação.
2.3.3 Bolsas de Estudos
A companhia concedeu aos seus colaboradores bolsas de estudos para cursos do ensino fundamental, médio ou médio profissionalizante em instituição de inquestionável reputação, podendo ainda, serem utilizadas pelos dependentes dos colaboradores.
No período foram concedidas 246 bolsas contemplando 79 colaboradores, sendo o valor unitário da bolsa de R\$ 445,00 investindo a companhia para a ação o montante de R\$ 1.103 mil.
2.3.4 Instituição Interna
É desenvolvido pela nossa universidade corporativa (UniverCEDAE), o programa de Instrutoria Interna que consiste no aproveitamento e na valorização do capital intelectual dos nossos colaboradores em atividades, de forma voluntária, para transmitir aos demais seus conhecimentos adquiridos durante a jornada laboral ao longo de suas carreiras.
Em 2012, o projeto teve a adesão de 26 colaboradores que realizaram atividades de docência na UniverCEDAE, com o total de 7.610 horas/aula.
2.4 Segurança do Trabalho
Com o objetivo de prevenir e minimizar a ocorrência de acidentes de trabalhos nas unidades da companhia, o nosso setor de Engenharia de Segurança do Trabalho operou com 56 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) e realizou 2.778 inspeções de segurança em diversas unidades das áreas operacionais e administrativas.
Nossa equipe de segurança do trabalho é composta por trinta técnicos de segurança do trabalho e dois engenheiros do trabalho que realizaram neste período, 260 Relatórios de Inspeção de Segurança (RIS), 372 mapas de riscos e 361 Programas de Prevenção de Riscos (PPRA). Foram realizados 481 treinamentos, 408 reuniões de CIPAs e 8 SIPATs (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) com 40 palestras e campanhas preventivas.
2.5 Benefícios
2.5.1 Saúde e Assistência Médica
A assistência médica oferecida aos nossos colaboradores e seus dependentes é realizada pela Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC), constituída em forma de plano de saúde de autogestão, mantido pela companhia e pelos colaboradores participantes do plano.
A CAC proporcionou cobertura para 5.922 colaboradores ativos, 5.676 aposentados e 20.478 dependentes. Foram realizados através do Programa de Saúde Ocupacional (PROSAO) 6.053 exames periódicos, 151 exames admissionais, 203 exames demissionais, 40 exames de reavaliações de periódicos, 326 exames de retorno ao trabalho e 42.796 exames complementares.
O Projeto de Controle de Pressão Arterial (PHA) assistiu a 265 colaboradores com pressão arterial alterada durante os exames periódicos. O Projeto de Prevenção e Controle do Diabetes atendeu a 107 colaboradores que apresentaram níveis de glicose acima dos padrões normais. O Projeto de Controle do Tabagismo (Zerom) assistiu a 62 colaboradores sendo que 30 concluíram o tratamento, 20 desistiram e 12 ainda fazem parte do projeto.
O Programa de Prevenção Global para Idoso (PGI) voltado para os colaboradores portadores de doenças crônicas e que demandam controle e cuidados atendeu a 103 colaboradores e o Programa de Atendimento Domiciliar (PAD) que possibilita visitas médico-domiciliares assistiu a 103 colaboradores.
Foram realizadas ainda campanhas de vacinação que atingiram 4.500 colaboradores contra a Gripe, 88 contra o Tétano, 98 contra Hepatite A, 80 contra Pneumococos e 74 de HPV. O investimento realizado pela companhia para esta ação foi de R\$ 66.846.
A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ratificou neste ano, a posição de destaque que a CAC ocupa no mercado, evidenciada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Essa avaliação, por ser de um órgão externo e regulador, demonstra aos nossos colaboradores participantes do plano a situação sólida da CAC, o que proporciona tranquilidade aos mesmos e a seus familiares.
2.5.2 Auxílio Creche
Aos colaboradores que possuem filhos com idade até 7 anos, a companhia concede o auxílio, sendo contemplados, nesse período, 391 colaboradores correspondendo a 426 auxílios concedidos. O valor do benefício é de R\$ 450,00, investindo a companhia para essa ação o valor de R\$ 2.242 mil.
2.5.3 Auxílio Filho Excepcional
O benefício objetiva a promoção e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com necessidade especial de qualquer origem, natureza ou gravidade. Em 2012, foram contemplados 106 colaboradores que receberam o auxílio no valor unitário de R\$ 672,00. O auxílio é concedido aos filhos ou aos tutelados de nossos colaboradores que possuem o reconhecimento pela

previdência social oficial, e cuja deficiência seja enquadrada na legislação federal pertinente. O investimento efetuado pela companhia para a realização desta ação foi de R\$ 859 mil.
2.5.4 Auxílio Alimentação
Os nossos colaboradores, no exercício efetivo de suas atividades dos níveis fundamental e médio, receberam o auxílio refeição no valor de R\$ 449,00 por mês e cesta básica de R\$ 288,00. Os colaboradores de nível superior receberam somente o auxílio refeição de mesmo valor dos demais. A importância investida neste período foi o montante de R\$ 62.966 mil.
2.5.5 Auxílio Transporte
O auxílio é concedido por meio do vale transporte, através dos sistemas de bilhete eletrônico da Rocard, Sindicar e Setransul para utilização nos meios de transportes oficiais do Estado do Rio de Janeiro. Neste período foram contemplados por opção 2.119 colaboradores com ceseamento para a companhia da ordem de R\$ 3.395 mil.
2.5.6 Previdência Complementar
A Prace – Previdência Complementar foi constituída como uma ferramenta de política de recursos humanos com objetivo de proporcionar renda complementar aos nossos colaboradores quando chegar o momento de se aposentar. A Prace é mantida pela companhia e seus colaboradores em sistema de adesão. Neste período, saíram dos quadros da companhia 74 colaboradores que passaram a receber renda complementar. Ao final desse período a Prace apresentava o contingente de 4.683 participantes ativos, 4.174 aposentados e 2.975 pensionistas. O plano oferece a seus participantes empréstimos mais atrativos que os de mercado, viabiliza plano odontológico e seguro de vida. O valor de contribuição assumida pela companhia para esse item foi de R\$ 63.742.
2.5.7 Programa Maternidade Cidadã
O programa possibilita a liberação das nossas colaboradoras, por mais de 60 dias do término da licença maternidade legal, para a amamentação de seus filhos. Neste período tivemos 20 colaboradoras beneficiadas. O programa prevê ainda, a licença gestante constitucional às nossas colaboradoras que possuem filhos adotivos de até um ano.
2.6 Relacionamento com entidades sindicais
O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) firmado com as entidades sindicais contempla vários benefícios concedidos pela companhia a seus colaboradores, tais como, bolsas de estudos extensivas aos dependentes, auxílio creche, auxílio dependentes portadores de deficiência, programa maternidade cidadã e recuperação de colaboradores dependentes químicos. O bom relacionamento com as entidades sindicais representativas dos nossos colaboradores é sempre preservado pela companhia. No acordo coletivo assinado em 2012, concedemos aumento salarial de 4,88% correspondente ao INPC acumulado no período e aumento de 10% na cesta básica e no auxílio refeição.
2.7 Coibição de práticas discriminatórias
As práticas discriminatórias de assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia política, são reprovadas pela companhia, e para tal firmamos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) cláusula específica sobre esse tema, em que assumimos o compromisso de desenvolver campanhas juntos aos nossos colaboradores, a fim de prevenir a ocorrência de distorções e coibir atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade em geral.
3. Meio Ambiente
3.1 Reutilização da Água
É desenvolvido em nossa Estação de Tratamento de Esgoto da Penha (ETE Penha) o projeto de reúso de água, que possibilitou, em 2012, a reutilização de 70.296 m³ de água utilizadas nas operações internas da estação em diluição de polímeros de desidratatão, lavagem de centrifugas e viaturas, lavagem de armamento e páteis, liberando, assim, para uso mais nobre da água potável. Além dessas utilizações internas, a companhia mantém ponto de abastecimento para as viaturas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para utilização em lavagem de vias públicas, rega de jardins e para uso do Corpo de Bombeiros na utilização da água de reúso no combate a incêndios. Além deste processo de reaproveitamento, a companhia tem instalado em seu prédio sede, uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas - ETAC que possibilitou o reúso de águas de pia e lavatórios assim como a captação de águas de chuvas utilizadas nos sistemas de descargas sanitárias do prédio, proporcionando neste período a reutilização de 2.500m³ de água, liberando assim a água potável para uso mais nobre.
3.2 Água de reúso para o COMPERJ
O projeto consiste na liberação dos recursos hídricos na região onde está sendo construído pela Petrobras S/A o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí. A previsão de demanda total para o complexo é de 1.500 l/s de água de reúso.
Na primeira etapa do projeto a água de reúso terá origem na água de lavagem dos filtros da ETA Guandu, devidamente clarificada e bombeada para a área da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), de onde a Petrobras se encarregará de transportá-la até o Comperj.
Nessa etapa do projeto está previsto a produção de 1.000 l/s de água de reúso, sendo o fornecimento de 650 l/s para a Petrobras, equivalente a 20,5 bilhões de litros de água de reúso por ano e 350 l/s para utilização da CEDAE no abastecimento de uma parte da população do município de Duque de Caxias, correspondendo a 11 bilhões de litros por ano.
Futuramente, com o aumento de demanda do Comperj, a complementação de água necessária ao complexo petroquímico será suprida com a produção de água de reúso através do tratamento terciário dos esgotos que chegam a ETE Alegria seguido do bombeamento da mesma também para a área da Reduc.
3.3 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental
Buscando adequar as suas atividades operacionais perante aos órgãos ambientais, a companhia requereu, neste período, junto aos órgãos federal, estadual e municipal, 34 licenças ambientais, 70 outorgas e permissões de uso de água. Esses procedimentos têm por finalidade o atendimento da legislação ambiental vigente e o nosso compromisso com a preservação do meio ambiente.
Recebemos, neste período, 20 licenças ambientais, 8 outorgas e permissões de uso de água, abrangendo 8 captações sendo 4 captações em operações localizadas nos municípios de Vassouras, Paraíba do Sul e Barra do Piraí e 4 outorgas preventivas contemplando 4 captações em fase de projeto ou implantação, visando à ampliação de abastecimento dos municípios de Pinheiral, Paraíba do Sul e Barra do Piraí.
3.4 Recuperação da mata ciliar dos Rios Guandu e Macacu
O projeto, no decorrer de 2012, proporcionou a manutenção das matas ciliares às margens do Rio Guandu e a recuperação dos mangues no entorno da Estação de Tratamento de Esgoto Alegria (ETE-Alegria), bem como a manutenção da recuperação da mata da Serra de Inhoíba, parte da Mata Atlântica. Quanto ao rio Macacu, nossa tarefa de recuperação da área marginal, que aviamos como a principal do projeto de recuperação da mata ciliar, foi considerada concluída neste período pelo nosso parceiro técnico, o Instituto de Florestas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, visto que já conseguimos instalar uma floresta que se encontra em franca consolidação, restando apenas a resposta da própria natureza.
Os trabalhos de produção de mudas nativas da Mata Atlântica, em nossos viveiros, continuam em plena carga. Neste período, foram produzidas 289 mil mudas. Essa produção, além de ser utilizada em nossas próprias frentes de reflorestamentos, é também destinada à distribuições em eventos ambientais da própria companhia, além de ser distribuída aos alunos da rede pública municipal e estadual de ensino a aos visitantes que demonstram interesse quando vão aos nossos centros de visitas. Todas essas atividades são realizadas por apenados do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro do regime aberto e semiaberto, através do Programa Replantando Vida.
3.5 Preservação de Recursos Hídricos
A preservação de mananciais, recuperação de rios, reflorestamento de matas ciliares e o desassoreamento dos leitos e despoluição de rios e nascentes, proporcionando a recuperação das bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro é de fundamental importância para as atividades da companhia que é a de fornecer em quantidade e qualidade água potável à população fluminense. Essas ações são de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para o qual a companhia repassou a importância de R\$ 22.693.

Quadro de Indicadores – CEDAE

	2012			2011		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)		3.447.267			3.167.268	
Resultado operacional (RO)		436.245			540.748	
Folha de pagamento bruta (FPB)		505.113			480.921	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	62.966	12,46	1,83	48.404	10	1,52
Encargos sociais compulsórios	164.667	32,60	4,78	156.672	32,5	4,95
Previdência privada	67.502	13,37	1,95	64.125	13,5	2,05
Saúde	74.780	14,83	2,16	71.224	14,8	2,27
Segurança e medicina no trabalho	1.033	0,21	0,03	330	0,08	0,01
Educação	1.303	0,26	0,04	1.925	0,40	0,06
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	365	0,07	0,01	442	0,09	0,01
Creches ou auxílio creche	2.372	0,47	0,07	2.356	0,49	0,07
Participação nos lucros ou resultados (*)	0	0	0	0	0	0
Outros - vale transporte	3.395	0,66	0,10	3.613	0,75	0,11
Total - indicadores sociais internos	378.389	74,91	10,97	349.151	72,61	11,05
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	724	0,17	0,02	673	0,09	0,02
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	1.108.386	254	32,15	1.071.971	161	33,83
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	1.109.110	254,17	32,17	1.072.594	161,09	33,85
Impostos (exccluídos encargos sociais)	714.098	163,72	20,72	561.530	84,20	17,72
Total - indicadores sociais externos	1.823.208	417,89	52,89	1.634.124	245,29	51,57
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	91.175	20,9	2,65	94.117	14,20	2,97
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	91.175	20,9	2,65	94.117	14,20	2,97
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
NP de empregados(as) ao final do período		6.754			6.898	
NP de admissões durante o período		104			102	
NP de empregados(as) terceirizados(as)		132			132	
NP de estagiários(as)		119			103	
NP de empregados(as) acima de 45 anos		5.026			4.996	
NP de mulheres que trabalham na empresa		737			744	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		25%			26%	
NP de negros(as) que trabalham na empresa (**)		2.310			2.310	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		16%			16%	
NP de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		114			114	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício de cidadania empresarial	2012			Metas 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		9			9	
Numero total de acidentes de trabalho		139			112	
FAP - Fator Acidentário de Prevenção		1.3110			1.2975	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerência	(x) direção e gerência e empregados	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerência	(x) direção e gerência e empregados	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerência	(x) direção e gerência e empregados	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerência		